



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES- (IH)
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

SOL ALVES DE LIMA

**“ME CHAME PELO MEU NOME, ME DEIXA MAIS FELIZ”: ETNOGRAFIA
SOBRE JOVENS TRAVESTI E HOMEM TRANS NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA POLÍTICA DO NOME SOCIAL**

REDENÇÃO - CE

2023

SOL ALVES DE LIMA

**“ME CHAME PELO MEU NOME, ME DEIXA MAIS FELIZ”: ETNOGRAFIA
SOBRE JOVENS TRAVESTI E HOMEM TRANS NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA POLÍTICA DO NOME SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Antropologia vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade Da Integração Da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB-CE) como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade

REDENÇÃO-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Sol Alves de.

L732m

?Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz?: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social / Sol Alves de Lima. - Redenção, 2023.
80f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luma Nogueira de Andrade.

1. Nome Social. 2. Inclusão Escolar. 3. Políticas Pública. I. Andrade, Luma Nogueira de. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 320.6

SOL ALVES DE LIMA

**“ME CHAME PELO MEU NOME, ME DEIXA MAIS FELIZ”: ETNOGRAFIA
SOBRE JOVENS TRAVESTI E HOMEM TRANS NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA POLÍTICA DO NOME SOCIAL**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE)

Aprovado em: 31/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade (Orientadora /IH UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa (Examinadora /IH UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz (Examinadora /IH UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

REDENÇÃO-CE

2023

AGRADECIMENTOS

A conclusão de mais uma etapa de minha vida acadêmica me deixa muito feliz, esse é o segundo trabalho de conclusão de curso que realizo na UNILAB. A presente pesquisa é uma continuação da investigação que iniciei no curso de Bacharelado em Humanidades intitulado: *Corpos que Importam - Diálogos (Trans)formadores: Reflexões Acerca dos Corpos de Transexuais e Travestis e a Educação* (2019).

Para concluir a minha segunda graduação em Bacharelado em Antropologia precisei de muito apoio, proteção, afeto e carinho. Ainda mais em tempos de pandemia de Covid-19. Esse trabalho é fruto de uma luta ancestral das travestis e mulheres transexuais brasileiras.

Em especial quero agradecer a minha mãe, Ana Lúcia Alves, por não ter me abandonado somente pelo fato de ser travesti - realidade, essa, que ocorre com inúmeras travestis no Brasil. Quero agradecer aos estudantes interlocutores/as desta pesquisa por terem me acolhido tão bem e pelas trocas realizadas.

As minhas amigas/os/es pois sem uma rede firme de apoio seria muito difícil de conseguir alcançar meus objetivos acadêmicos. Em especial quero agradecer a Denise Costa, Luan Rodrigues e Carlos André que acompanharam essa pesquisa desde o pré-projeto e me enriqueceram com sugestões e apontamentos.

Minha gratidão ao Wellington que me apresentou a equipe de Educação e Direitos Humanos de Gênero e Sexualidade (EDHGS). Minha gratidão e carinho por Silvia, Marli e Marília.

A todos/as/es que nos últimos meses me ajudaram com essa pesquisa de forma atenciosa quero agradecer ao Fernando coordenador da escola José Ivanilton Nocrato, a Amanda secretária, a Tatiane Diretora, as professoras/es Raquel, Valdelucia, Ítalo e Célia.

Finalmente, agradeço à minha orientadora, Professora Luma Andrade, pela disponibilidade, atenção, dedicação e apoio. Grata por ter aberto esse caminho da educação para mim e para tantas outras/os. Me lembro do dia que Giliardo Lima (*in memoria*) me disse que na UNILAB tinha uma professora travesti, naquele dia tudo mudou pra mim somente pelo fato de saber que era possível.

**“ME CHAME PELO MEU NOME, ME DEIXA MAIS FELIZ”: ETNOGRAFIA
SOBRE JOVENS TRAVESTI E HOMENS TRANS NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA POLÍTICA DO NOME SOCIAL**

**"CALL ME BY MY NAME, IT MAKES ME HAPPIER": ETHNOGRAPHY ON
YOUNG TRANSVESTITES AND TRANS MEN IN EVERYDAY SCHOOL LIFE
FROM THE SOCIAL NAME POLICY**

Sol Alves de Lima¹

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade²

Resumo: Esta investigação apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo reporta-se à abordagem sobre o uso do nome social por dois estudantes, uma travesti e homem trans, ambos estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Profissionalizante José Ivanilton Nocrato, localizada em Guaiúba, município da região metropolitana de Fortaleza-CE. Destaca um recorte desses resultados em torno das experiências vivenciadas no contexto escolar e familiar, abrangendo narrativas vivenciadas ao solicitarem na escola a utilização do nome social. A abordagem teórico-metodológica se deu a partir da perspectiva pós-estrutural que orientou a pesquisa, tendo como instrumento de coleta de dados: observação participante, entrevista semiestruturada e revisão de literatura. Desta forma dialogamos com os postulados de Luma Andrade (2012), Jaqueline de Jesus (2012), bell hooks (2020), Guacira Lopes (1997,2004), Berenice Bento (2014) Kimberlé Crenshaw (2002), Paul Preciado (2014,2020), Judith Butler (2003,2011), Raquel Platero (2014) e Claudio Alves (2017). Propõe, então, estudar e investigar com a perspectiva etnográfica, qual o papel da escola diante do uso do nome social por alunos/as trans e travestis a partir das vozes dos seus próprios sujeitos. O resultado da pesquisa verificou-se com as análises que a política do nome social é defendida na escola por gestores, diretores, professores/as e secretaria. No entanto, o contexto familiar dos/as estudantes foi um dos pontos mais destacadas na discussão da presente pesquisa pois a partir das análises das falas dos/as estudantes mostrou que quando ingressaram na escola sentiram-se inseguros ao pesquisar sobre as leis que amparam o uso do nome social devido à apreensão familiar. Observou-se que os grandes empecilhos são: a burocratização da solicitação da mudança do nome; a falta de leis específicas para o reconhecimento de menores; e a desinformação, que, talvez, seja a grande geradora de problemas durante o processo.

Palavras Chaves: Nome Social; Inclusão Escolar; Políticas Pública; Transição de Gênero

¹ Graduada em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e graduanda em antropologia, (IH/UNILAB) e-mail: solalves@aluno.unilab.edu.br

² Professora doutora em educação, adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e diretora do departamento de Instituto de Humanidades.(IH/UNILAB) e-mail: luma.andrade@unilab.edu.br

Abstract: This investigation presents the results of the research that aimed to report on the approach to the use of the social name by two students, a transvestite and a trans man, both students at the José Ivanilton Nocrato State School of Professional High School, located in Guaiúba, municipality from the metropolitan region of Fortaleza-CE. It highlights a clipping of these results around the experiences lived in the school and family context, covering narratives experienced when requesting the use of the social name at school. The theoretical-methodological approach was based on the post-structural perspective that guided the research, using the following data collection instruments: participant observation, semi-structured interview and literature review. In this way, we dialogue with the postulates of Luma Andrade (2012), Jaqueline de Jesus (2012), bell hooks (2020), Guacira Lopes (1997,2004), Berenice Bento (2014) Kimberlé Crenshaw (2002), Paul Preciado (2014,2020), Judith Butler (2003,2011), Raquel Plantero (2014) and Claudio Alves (2017). It proposes, then, to study and investigate with an ethnographic perspective, what is the role of the school in the use of the social name by trans and transvestite students from the voices of their own subjects. The result of the research was overcome with the analyzes that the policy of the social name is defended in the school by managers, directors, teachers and secretary. However, the students' family context was one of the most highlighted points in the discussion of the present research, since the analysis of the students' speeches showed that when they entered the school, they felt insecure when researching the laws that supported the use of the social name due to family apprehension. Note that the major obstacles are: the bureaucratization of the name change request; the lack of specific laws for the recognition of minors; and misinformation, which is perhaps the main source of problems during the process.

Keywords: Social Name; School Inclusion; Public Policies; Gender Transition

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	8
1.1 O nascimento de Sol: Justificativa da investigação.....	8
1.2 Pode eu, uma travesti, pesquisar: antropologia e “familiaridade” na pesquisa.....	13
2 INTRODUÇÃO	17
2.1 Delimitação da pesquisa.....	20
2.2 Metodologia utilizada.....	21
2.3 Organização do trabalho.....	21
3 NOME CIVIL, DIREITO À PERSONALIDADE E NOME SOCIAL	23
3.1 Políticas Educacionais: percurso histórico para a garantia do nome social nas escolas.....	26
4 REDES DE CONTATO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	32
4.1 Primeira visita à escola José Ivanilton Nocrato.....	39
4.2 “Eu me identifico como homem trans, e me identifico como Yuri”.....	47
4.3 “Eu já tinha, eu já mostrava esse meu lado pra eles”: Livia.....	56
5 ESPAÇOS SEGREGADOS POR GÊNERO: USO DOS BANHEIROS	62
6 RESULTADOS E PROPOSTAS	72
REFERÊNCIAS	75

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

1.1 O nascimento de Sol: Justificativa da investigação

O meu impulso de pesquisar, especificamente em contexto escolar a partir das realidades de estudantes trans e travestis, surgiu na graduação no curso de Humanidades no semestre 2017.2 durante a disciplina obrigatória do curso de pedagogia, mas optativa para outros cursos, *Educação, Gênero e Sexualidade nos países da Integração* ministrada pela professora Jacqueline Costa por quem tenho muito apreço. Entre a bibliografia da disciplina teríamos que estudar a tese de 2012 da professora Luma Andrade, intitulada *Travestis na Escola Resistência à Ordem Normativa*.

Me recordo que minha dupla era composta por mim e Nairóbi e ficamos responsáveis de apresentar *Bela, Linda e Fran* do trabalho de investigação de Luma Andrade (2012), que para nós, travestis, nos atravessa de uma forma diferente. Eu li pela primeira vez a tese de Luma nessa disciplina para a exposição do trabalho para a turma. Em nossa explanação apresentamos as sujeitas da pesquisa e suas vivências, sofrimento e resistência a uma ordem normativa dentro da escola. O contexto das sujeitas de pesquisa para mim, que sou travesti, me tocou em lugares específicos de proximidade e inquietação.

A partir disso a pesquisadora, Luma Andrade (2012), delineia novas formas de visualização de travestis pelo imaginário social. Isto é, identificá-las necessariamente como sujeitas rejeitadas pela família, escola ou sociedade - sujeitas unicamente à prostituição - não consiste de seu único destino. Fato evidenciado pelas lutas de reconhecimento de identidades sociais, que afetam, assim, o universo escolar.

O meu interesse em pesquisar sobre a política do nome social surgiu a partir do meu processo de afirmação como travesti em 2019, ano que inicio a minha graduação em Antropologia. A primeira tentativa de enviar o requerimento do nome social foi em 24 de agosto, de 2021, porém, não tive nenhuma resposta e meu nome morto³ continuou nos registros da universidade que estudo, na mesma que hoje apresento esse trabalho para a obtenção de mais um título. A partir dessa negação, a respeito dessa política, me surgiu dúvidas, principalmente, pensando se eu, que estou no ensino superior, tive uma grande dificuldade, imagina as/os meninos/as trans e travestis que vivenciam outras realidades, especificamente, na Educação Básica de ensino no Brasil.

³ Termo usado entre a população trans e travesti se refere a um nome que não condiz mais com sua identidade de gênero, um nome que merece esquecimento.

Discutir o nome social para mim é extremamente importante pois a partir dessa política de ação afirmativa podemos perceber inúmeros processos de construção e afirmação do gênero que se reivindica socialmente. Nesse sentido Cláudio Alves define o nome social como:

O nome é parte de uma narrativa que se pretende sobre o sujeito - narrativa essa que comporta corpo, o gênero e o sexo, entre outras instâncias das subjetividades. O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revela práticas discursivas que tanto podem viabilizar politicamente sujeitos e corpos quanto silenciá-los (ALVES, 2017, p.24).

No início do meu processo de transição de gênero fui chamada carinhosamente de Acarlos por colegas, amigas/os/es e professoras/es. Paul Preciado (2014) vai dizer que toda pessoa trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios: aqueles que foram designados na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. “Os nomes trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação [...]. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste à norma” (PRECIADO, 2014 parágrafo 2).

. Acredito que eu falava que eu não me importava como me chamavam desde o momento que me afirmei como Sol, de certa forma foi para me proteger e por saber da extrema violência transfóbica que pessoas trans e travestis enfrentam na rejeição social de seus nomes, todavia eu sabia que aquilo me feria. Em 14 de fevereiro de 2021 me afirmei Sol Alves. Me arrumei toda. Me maquiei e fiz uma sessão de fotos. Escrevi um pequeno texto sobre esse momento e postei na minha rede social onde eu dizia o seguinte:

Foram idas e vindas. Eu sempre fui decidida naquilo que me dá prazer, hoje me considero, sim, uma campeã. Já passei por cima de muitas coisas que me machucou profundamente, entretanto tive que me curar sozinha, tive que estancar todas aquelas feridas, pois sabia que tinha que seguir, eu sinto algo muito poderoso dentro de mim, não sei como descrever, mas sei perfeitamente como demonstrar. Hoje passo por cima de algumas inseguranças, sei que elas me prendiam, me prendem, mas quero me libertar. Não me sinto totalmente livre, vivemos num contexto limitante, às vezes penso como seria esse mundo se todes desprendessem, sem machucar ninguém de suas amarras. Hoje me chamo Sol Alves solar de si mesma. (ALVES, SOL. 14 de janeiro de 2021).

Figura 1. Autorretrato de Sol Alves



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

Tomando posse das palavras de Paul Preciado (2022) posso afirmar que “a liberdade é um túnel - que se cavou com as próprias mãos. A liberdade é uma saída. A liberdade - como aquele novo nome que vocês me chamam agora”. Não tive nenhuma insatisfação com o meu corpo. Segundo Judith Butler (2011), o gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo símbolo, ou pela história assoberbamente do patriarcado. A autora explica que:

O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietações e prazer. Mas, se este acto contínuo é confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornando físico através de performances subversivas de vários tipos. (BUTLER, 2011, p.87)

Há exatamente quatro anos que me afirmo como travesti. Paul Preciado (2020) descreve que:

“seis anos de vida adulta de uma pessoa trans assumem então a qualidade que têm para o bebê nos primeiros meses de vida, quando as cores aparecem diante dos olhos e as formas assumem um volume que as mãos podem agarrar pela primeira vez, quando a garganta, antes capaz apenas de gritos guturais, e os lábios, antes voltados apenas para a amamentação, articulam uma palavra pela primeira vez. Evoco o prazer de aprender a infância, pois um prazer semelhante surge da apropriação de uma nova voz e de um novo nome, da exploração do mundo além da jaula da masculinidade e da feminilidade que acompanha o processo de transição.” (PRECIADO, 2020, tradução nossa).

É um abrir de olhos e um renascer enquanto sujeita numa sociedade que a todo momento impede que pessoas como eu possam afirmar sua subjetivamente e viver com ela de forma digna e humana em todos os espaços e lugares. Essa possibilidade de afirmação do meu nome veio com a ajuda de outra travesti, Lina Pereira dos Santos, mais conhecida como

Linn da Quebrada. Recordo muito bem a primeira vez que ouvi sua canção intitulada *Cobra Rasteira* em que ela canta o seguinte trecho:

Mulher de ló, mulher de lá

Mulher de ló, mulher de lá

Sol, sal, sós

Mulher de ló mulher de lá

Sol, sal, sós (Sós)

(Linn da Quebrada)

Na canção, Linn da Quebrada fica repetindo a palavra Sol. Ouvir seu canto, para mim, foi um despertar de um sonho fajuto da cisgeneridade⁴. Eu já estava em transição, acompanhei todas as minhas mudanças (movimentos), e não ignorei nenhuma e muito menos o meu nome. “O nome social pode ser lido sob duas perspectivas: uma perspectiva inclusiva da diversidade sexual e uma perspectiva denunciante da incongruência entre nome e corpo, um corpo inominável e abjeto que não se enquadra nos padrões hegemônicos.” (ALVES, 2016. p.35).

Já em 2022, um pouco mais calmo, comparado com os anteriores, devido ao contexto de pandemia mundial. Vale destacar que minha transição também tem essa característica, pois eu transicionei num momento extremamente difícil. Na universidade, UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), o meu nome só foi para os registros somente quando fiz a minha retificação de nome e gênero, processo extremamente burocrático para as pessoas trans e travestis aqui no Brasil. Devo retomar a Luma Andrade ao destacar que “ainda temos um empecilho, que é a necessidade de recursos para fazer essa mudança. Não são todas as pessoas travestis e transexuais que conseguem fazer a retificação do nome. Esquecem que existe o recorte de classe. Nem todas as pessoas

⁴ Considero pertinente informar que quando utilizo a expressão sonho fajuto da cisgeneridade eu quero retratar especificamente a noção corrosiva que perpassa nossas corporalidades trans e travestis, corpos que rasgam com uma lógica dominante sobre o gênero normativo. Sair desse estado de sonho desse conjunto de imagens de pensamentos binários que nos colocam num outro lugar (o da não existência) é simplesmente romper com tudo (e todos) literalmente, quem é que não nos abandonou durante nossas afirmações de gênero? quem permaneceu dos nossos lados? Em outras palavras, estou afirmando que performar ser uma pessoa cisgênera não iria me salvar de absolutamente de nada que esse despertar, talvez, tenha sido uma saída e um reencontro comigo diante da dor do abandono das violências e mesmo assim o medo se fez presente, mas não temos escolhas e ir com medo e enfrentar o mundo, talvez, o medo tenha sido essencial no meu processo de afirmação. A expressão utilizada por mim por “sonho” se desdobra em pensamentos que eu refletia como iria ser um corpo travesti num mundo tão violento ainda mais pensando sobre o contexto brasileiro. Pois de acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 140 transexuais foram assassinadas em 2021 no Brasil. E das 140, segundo os dados apontam que 81% era de pessoas negras (ANTRA, 2021).

têm dinheiro para fazer essa mudança no cartório” (ANDRADE, 2023).⁵

Me doeu a cada dia que meu nome não estava no Sigaa⁶, isso representava pra mim a não existência no espaço acadêmico. Por esse motivo lutei incessantemente para conseguir a minha retificação, pois compreendi que essa seria a minha única maneira de ter meu nome reconhecido. Em 14 de fevereiro de 2022, recebi minha Certidão de Nascimento retificada, no mesmo dia que eu retorno para as salas de aula de forma presencial, após anos de distanciamento social devido a pandemia de Covid-19, para realizar uma formação sobre direitos humanos como bolsista do projeto de extensão *TRANS*formando* coordenado pela mesma professora que hoje me orienta para esse trabalho, a professora doutora Luma Andrade.

Após receber a minha certidão de nascimento retificada, posteriormente, a seguir passo a passo, fui retificando meus outros documentos, começando pelo RG e CPF. Em seguida fui à UNILAB com todos os meus documentos retificados para não ter nenhum motivo para ter o meu nome morto no sistema. Mesmo eu conseguindo atualizar meus dados, o que não pode ser esquecido é que não tive o meu direito garantido de ter sido reconhecida, como me identifico. Portanto, passei por momentos de constrangimento dentro de sala, como por exemplo em 2020/2021 nas aulas online. Não foi fácil de forma alguma pois eu só consegui ver meu nome no sistema de informação e principalmente na frequência das disciplinas quando retifiquei meus documentos, processo como já dito, extremamente burocrático e caro.

A conquista do meu nome pra mim foi algo extremamente importante e valioso, meu nome Sol Alves. Através desse breve relato, meu objetivo foi trazer um pouco o meu percurso para ser reconhecida como me identifico numa instituição de ensino. Em outras palavras, para que a política específica do nome social seja de fato respeitada e defendida e não negada a nenhum estudante trans e travesti.

⁵ Entrevista com Luma Andrade disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crece-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/> Acessado em 08 de janeiro de 2023.

⁶ O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é o espaço para gerenciamento de disciplinas e de todas as informações relativas à vida acadêmica do/a aluno/a/e.

Figura 2. Autorretrato de Sol Alves segurando sua certidão de nascimento retificada



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

1.2 Pode eu, uma travesti, pesquisar: antropologia e “familiaridade” na pesquisa

Essa pesquisa só se torna possível pois temos um histórico de outras travestis intelectuais que se voltaram a investigar como a instituição escolar trata os corpos trans e travestis que desviam de uma norma cisheteronormativa⁷. Assim como Luma Andrade (2012), outras travestis pesquisam a trajetória e sociabilidade de estudantes trans e travestis e abriram um caminho para que hoje eu também possa, como travesti e pesquisadora, ter a chance de buscar mais informações nesse campo de estudo, com estudantes que vivem ameaças constantes de suas identidades de gênero no ambiente escolar.

Essa pesquisa inicialmente foi pensada para ser um projeto de dissertação e foi apresentada no processo de seleção de mestrado. No dia da minha apresentação, meu projeto foi avaliado por três professores. Inicialmente expliquei meus questionamentos e indagações

⁷ A cisheteronormatividade é definida como: “Perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalterna” (MATTOS; CIDADE, 2016, p.134).

sobre o tema, qualquer pesquisadora constrói seu projeto de pesquisa com base em dúvidas e inquietação. Em um dos momentos da avaliação, um dos professores me fez a seguinte pergunta: “Você não acredita que a sua familiaridade com o universo de sua pesquisa não irá te atrapalhar em campo”?

O professor avaliador estava me apontando uma questão tão ultrapassada que é a de neutralidade científica. Mediante o exposto, meu objetivo é fazer algumas considerações no sentido de eu ser travesti e ser “familiar” ao universo que pesquiso, como futura antropóloga aprendi a ouvir, ver e escutar a partir dos ensinamentos propostos pelo antropólogo Roberto Cardoso (1996) quando pontua que:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. (OLIVEIRA, 1996. p.15)

Vou a campo abarrotada de teorias com um esquema conceitual que me direcionou no campo da investigação. Em campo, todo momento demonstrei uma avaliação do meu olhar etnográfico, um olhar⁸ que passou por uma formação antropológica da maneira de ver o mundo e revelar os significados coletivos. É interessante essa questão para perceber os mecanismos que vão sendo criados com base na cisgeneridade⁹ para me coibir. O movimento que faço para me livrar de determinados apontamentos injustos é marcar a corporalidade de quem me aponta. Assim, como Viviane Vergueiro, estou atenta quando em seu artigo: *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*:

Destacar a cisgeneridade também implica, por sua vez, em colocar pautas nossas ausências na produção de saberes acadêmicos enquanto agentes, fato que convive com crescentes presenças trans e travestis enquanto objeto e tema de estudos nestes espaços, estas ausências e presenças marginais podem impedir e dificultar que demandas destas comunidades emergjam na academia. (VERGUEIRO, 2016 p.257)

Talvez eu devesse permanecer somente como “objeto de pesquisa”, termo

⁸ David Le Breton (2017) destaca que o olhar pousado sobre o outro nunca é indiferente. Ele às vezes é encontro, emoção partilhada, fruição inconfessada, ele comporta ameaça do transbordamento. Nada surpreendente neste sentido que a Igreja tenha combatido os olhares "concupiscentes" ou imaginados como tais. Ver já é dar-se para além da medida, e ser visto confere sobre si uma panorâmica da qual o outro pode tirar proveito. Assim, por exemplo, a vida das religiões é adstrita à “modéstia do olhar” elas são submetidas à necessidade de abaixar humildemente os olhos em todas as circunstâncias a fim de evitar os maus pensamentos ou o contato fatal com a ambivalência do mundo. Ritualizado de uma submissão em que o homem pode olhá-la ao bel-prazer sem prejuízo. (LE BRETON, 2017, pág.80-81).

⁹ A cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. Em outras palavras, o termo “cisgênero” é um conceito que abarca pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”(VERGUEIRO, 2015) apud (JESUS, 2012)

frequentemente usado por péssimos pesquisadores/as. Duvido muito que pessoas cisgêneras que sempre pesquisam comunidade trans e travestis tenham sido perguntados/as a respeito da perspectiva de suas identidades de gênero serem obstáculo para a realização de uma pesquisa científica ou sequer perceber as suas identidades de gênero como um marcador social. De acordo com Viviane Vergueiro (2016) “sobre a presença de pessoas trans/travestis em realidade acadêmica devido a uma tradição transfóbica, pesquisadores e pesquisadoras não conseguem entender pessoas trans/travestis como pessoas aptas a pensar sobre suas próprias vivências. É mais provável [para esses autores/as] existamos enquanto campo e objetos de estudo do que como pessoas” (VERGUEIRO, 2016, p.266. Grifo nosso).

Ao iniciar essa pesquisa trouxe comigo os achados de Luma Andrade, seu trabalho investigativo no campo da educação, observou como um aviso às adversidades que a cisgeneridade nos coloca. Luma Andrade destaca que:

Constatei durante essa pesquisa que, mesmo sendo uma travesti pesquisando jovens travestis, estava em meio a “nativos”. Não posso negar que ingenuamente pensava que sabia “tudo” sobre as travestis, inclusive na escola, mas me deparei com uma realidade quase totalmente diferente ao “descobrir” [...] o exótico no que está petrificado dentro de nós pela retificação pelos mecanismos de legitimidade (ANDRADE, 2012, pág. 23. Apud. DA MATTA, 1987, p.158)

A minha “familiaridade” não me atrapalhou em campo, sempre estive atenta às estratégias para assegurar maior rigor na pesquisa. David Le Breton (2017) destaca que a experiência antropológica é uma maneira de desapegar-se das familiaridades perceptivas para recapturar outras modalidades de abordagem e sentir a multidão dos mundos que se escoram no mundo.

A pergunta do professor pra mim foi eletrizante, pois não posso me esquecer nunca de onde vim, mas naquele momento não importava necessariamente de onde vim, mas de quem eu sou. É isso que vou apresentar nesta pesquisa, procurar também nas brechas, nas fissuras - responder em primeira: Pessoa pode eu, uma travesti, pesquisar?. Trago comigo os pensamentos de Paul Preciado (2020) quando ele aponta para caminhos que considero extremamente pertinente:

Mas por que vocês estão convencidos, queridos amigos binários, que só os subordinados têm uma identidade? Por que vocês estão convencidos de que somente muçulmanos, judeus, bichas, lésbicas, transexuais, suburbanos, migrantes e negros têm uma identidade? E vocês, vocês são os psicanalistas normais, hegemônicos, brancos da burguesia, os binários, os patriarcas coloniais, sem identidade? Não há identidade mais esclerótica e rígida do que a sua própria identidade invisível. (PRECIADO, 2020, tradução nossa)

É nessa ousadia e transgressão que escrevo essa pesquisa, considerarei extremamente

importante iniciar a minha investigação fazendo essa nota introdutória como produtora de conhecimento e abrindo caminho para as demais que virão. Estou nessa batalha de narrativas, epistemológicas e políticas dentro do espaço acadêmico e fora dele. É hora de falar por si fazendo esse movimento, eu acredito que podemos ir mais longe, demarcar lugares outros que antes não podiam ser acessados com facilidade. É hora de pautar trajetórias, assim como diz Guacira Lopes (2014) “conseguiremos construir um lugar social para as travestis, mulheres transexuais, homens trans e transmasculinos nesse país sempre trazendo a interseccionalidade para esse debate”.

Defendo uma dinâmica metodológica implicadas com as pessoas e/ou grupos, trazendo para o escopo da produção de conhecimento suas singularidades, juntamente com Luma Andrade, Viviane Vergueiro, bell hooks, Berenice Bento, Judith Butler, Paul Preciado, Guacira Lopes e dentre outras/os. apontamos proposições que caminham na via democrática e dialógica como mecanismo metodológico de produção de conhecimento caminhos, percursos outros além da norma que foi estabelecido.

INTRODUÇÃO

“MATILDE, nome de planta ou pedra ou vinho,
do que nasce da terra e dura,
palavra em cujo crescimento amanhece,
em cujo estio rebenta a luz dos limões.

Nesse nome correm navios de madeira
rodeados por enxames de fogo azul-marinho,
e essas letras são a água de um rio
que em meu coração calcinado desemboca.

Oh nome descoberto sob uma trapadeira
como a porta de um túnel desconhecido
que comunica com fragrância o mundo!

Oh invade-me com tua boca abrasadora,
indaga-se, se queres, com teus olhos noturnos,
mas em teu nome deixa-me navegar e dormir”.

(Pablo Neruda)

A presente monografia busca discutir sobre política do uso do nome social no contexto escolar para dar reconhecimento às políticas educacionais específicas para a população trans¹⁰ e travesti. Temos, portanto, a pretensão de contruibuir com os estudos da travestilidade e transexualidade, pois é fruto da necessidade e de reflexão suscitada pelo nome social lido como um dispositivo de transição entre corpo/sexo/gênero, podendo ser como um paliativo no campo das subjetividades trans e travestis, mas que produz importante visibilidade política para essa população.

O dispositivo nominal não garante um processo de identificação legal, pois sempre haverá uma lacuna entre o texto prescrito e a imagem do sujeito em sua singularidade.

¹⁰ Neste trabalho utilizamos abreviação do termo pessoas trans e este, refere-se a um termo guarda-chuva que abarca todas as identidades de gênero como homens e mulheres trans, travestis, entre outras. Veja mais em: Jesus, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. 42p> Acesso em: 26/12/2022. No entanto, nem todas as pessoas se autoidentificam da mesma forma e, por isso, é importante assumir também para o conceito “trans” a instabilidade desta categoria (Bento, 2008; Moreira, 2014; Oliveira, 2014; Platero, 2014; Teixeira, 2013). As identidades “trans” não são, de facto, naturais, fixas e estáveis; ao invés, são definidas historicamente e não “biologicamente”, por se materializarem em determinado contexto histórico e geográfico que ao materializá-las lhes confere significado (Hall, 1996; Lopes, 2014).

Porém, seu uso é decorrente de embates do movimento social com o poder público que, longe de ser o ideal, é uma conquista que não pode ser minimizada, como já pontuava Alves (2017). No mesmo sentido pontua Luma Andrade que, “esse nome ser reconhecido não é suficiente na questão dos documentos [...] não basta ter um dispositivo legal colocando que se deve respeitar e considerar dentro dos documentos, é preciso reconhecer a questão da sociabilidade. É necessário que não fique algo teórico, mas que se torne uma prática na vivência no chão da escola, onde as pessoas possam ser respeitadas como elas desejam”(ANDRADE, 2023).¹¹

O nome social nas escolas do estado do Ceará foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, tendo como base a tese de Luma Andrade (2012) a professora atuou conjuntamente com a Câmara dos Deputados em Brasília onde foi convidada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para estudar o assunto onde apresentou propostas que subsidiaram várias outras ações e principalmente ligadas à questão do nome social.

No Brasil, as escolas públicas já normalizaram em documentos internos, o uso do nome social para os/as estudantes trans e travestis, inicialmente para maiores de idade e, mais recentemente, também aos menores de idade através Resolução N° 1 de 19 de janeiro de 2018. Resolução pela qual Luma Andrade atuou junto na sua implementação. No entanto, essa permissão ainda encontra muita resistência; principalmente no seio familiar, e da sociedade como um todo, que buscam recursos para impedir que estudantes trans e travestis utilizem o nome conforme sua identidade de gênero.

A coleta e geração de dados ocorreu da seguinte forma, inicialmente procurei a Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) através da Coordenadoria Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS), equipe que está dentro da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN), para justamente compreender com mais detalhes como funciona o apoio e orientação à estudantes e professoras/es e gestão escolar quanto à implementação do uso do nome social por alunos/as/es travestis e homens trans em todas as 734 escolas estaduais do estado do Ceará. Na tabela a seguir podemos observar um salto muito positivo de estudantes que solicitaram seus nomes sociais desde o ato de suas matrículas no período entre 2018 e 2022. Mas vale

¹¹ Entrevista com Luma Andrade disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crece-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/#:~:text=Na%20%C3%BAltima%20d%C3%A9cada%2C%20pelo%20menos,em%20documentos%20e%20registros%20escolares.> Acessado em: 11 de jan 2023.

destacar que, apesar da disponibilidade do campo do nome social no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), verificou-se que ele era preenchido incorretamente - alguns com apelidos dos alunos/as. Dessa forma, não há como precisar a quantidade de pessoas exatas que solicitam o uso de seus nomes sociais.

Tabela 1. Relação de estudantes com nome social desde a matrícula em escolas estaduais do Ceará.

Estudantes que se identificaram pelo social, garantido esse direito já no momento da matrícula desde 2018			
Ano		Nº de estudantes	Crescimento e Diminuição em Porcentagem
2018		89	.
2019		113	>27%
2020		218	>92%
2021		180	<10%
2022		531	>295%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir de um estudo etnográfico realizado ao longo de quatro meses numa escola de ensino médio e profissionalizante no município de Guaiúba, foi possível observar e dialogar com os/as estudantes trans e travestis, os/as professores/as, coordenação, secretaria e direção sobre o papel da escola a respeito da política do nome social para a permanência e bem estar dos estudantes trans e travestis, das dificuldades encontradas e as trocas significativas, como é demonstrado no decorrer na pesquisa as dissonâncias e aproximações das políticas escolares com a vivência e as estreitas relações com a transfobia e racismo. O trabalho pretende, também, possibilitar um encontro de saberes dos/as estudantes, enquanto atores sociais e produtores de conhecimento.

Com base no que foi exposto, o registro da presente pesquisa versará a seguinte problemática: Como o uso do nome social contribui para a garantia de inclusão de pessoas trans e travestis na Escola José Ivanilton Nocrato, município de Guaiúba? Com isso, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma funciona e quais são os procedimentos adotados a respeito da política do nome social na escola em questão. Com os seguintes objetivos específicos: identificar quais outras políticas a escola utiliza para

inclusão de pessoas trans e travestis no espaço escolar; e reconhecer, a partir dos/as alunos/as/es, se a política do nome social é o suficiente para incluí-los/las no ambiente escolar.

2.1 Delimitação da pesquisa

Figura 3. Fachada da Escola Estadual José Ivanilton Nocrato em Guaiúba - CE.



Fonte: Imagem da autora, 2022.

A escola foi escolhida uma vez que possui matriculado 02 (dois) estudantes que utilizam a política do nome social; outro motivo, esse ligado a fatores pessoais, é que já estudei nesta escola entre 2011 e 2013. Assim, surgiu a inquietação de saber como esta a realidade de estudantes trans e travesti em uma escola em que já estudei em um período no qual as discussões referente a comunidade LGBTQIA+ eram escassas. Os sujeitos desta pesquisa foram dois estudantes, sendo uma travesti e um homem trans, três professoras e um professor, coordenador, diretora, secretária, porteiro.

A escola funciona em tempo integral com 498 alunos/as matriculados/as distribuídos nas 12 turmas dos 04 cursos(Agropecuária, Administração, Informática e Química). Os cursos duram três anos e os seis últimos meses são oferecidos estágios, remunerados ou não, cabendo a cada empresa que contrata decidir. O corpo docente é formado por 29 professores, incluindo os da área técnica, os da formação geral, o da biblioteca e dos laboratórios de informática e ciências.

2.2 Metodologia utilizada

O aprofundamento da pesquisa consistiu em um estudo de caso etnográfico, utilizamos as estratégias de observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e revisão de literatura. No que se refere à pesquisa bibliográfica, foi feita uma revisão sistemática relacionada ao tema, através de livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias, periódicos, para citar, podemos mencionar os trabalhos de Luma Andrade (2012), Jaqueline de Jesus (2012), bell hooks (2020), Guacira Lopes (1997,2004), Berenice Bento (2014) Kimberlé Crenshaw (2002), Paul Preciado (2014,2020), Judith Butler (2003,2011), Raquel Platero (2014) e Claudio Alves (2017) dentre outras/os.

Optamos pela entrevista semiestruturada uma vez que ela se apresenta como um instrumento que tem a finalidade de obter informações de entrevistados/as sobre um determinado tema/assunto, por meio de uma conversa planejada seguida por um roteiro e por indagações. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Sublinhamos que as identidades dos estudantes foram preservadas e, desta forma, seus nomes foram substituídos por identificações fictícias. Para apresentar os/as interlocutores/as da pesquisa, todos/as aceitaram participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a produção e análise dos dados utilizamos a metodologia de investigação narrativa a partir das teorizações propostas por Jorge Larrosa (1994, 1996). O autor discute a narrativa como uma formação discursiva por meio da qual os sujeitos dão sentido aos fatos e aos acontecimentos narrados. Segundo o cientista Larrosa (1996), é por meio do processo narrativo que os sujeitos passam a construir a sua história, a dar sentidos a quem são e, também, a quem são os outros, constituindo assim, a sua identidade.

2.3 Organização do trabalho

Essa introdução tem por objetivo geral apenas apresentar a vós, leitores, os passos iniciais da pesquisa, como ela surgiu e a quais caminhos ela percorrerá. As próximas páginas são formadas por capítulos: o primeiro aborda os conceitos e definições do que é nome civil, direito à personalidade e nome social, também analisamos as Políticas Educacionais e o percurso histórico para a garantia do nome social nas escolas. Para isso, foi feito um breve

levantamento histórico das organizações sociais LGBT no âmbito dos direitos humanos a partir do princípio da inclusão social de trans e travestis, partindo de reivindicações que tencionaram garantir a integridade física, psíquica e social, com o objetivo de assegurar, mediante legislação específica, a utilização do nome social nas instituições escolares.

O segundo capítulo apresenta a trajetória da pesquisadora em campo e as redes que tiveram que ser alcançadas para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo a Secretária de Educação do Estado do Ceará (Seduc) por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin) da Equipe em Educação e Direitos Humanos de Gênero e Sexualidade (EDHGS). Nesta parte do trabalho também é discutida os sistemas escolares, como o Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige) e o Sistema de Informação de Captação de Estágio (Sice). Ainda nesse capítulo apresentamos, de forma descrita, a primeira visita à escola José Ivanilton Nocrato e os contatos que subsequenciaram esse dia

Os capítulos três e quatro estão destinados às análises e interpretação das falas dos/as entrevistados/as. O objetivo dessa análise é apresentar os aspectos qualitativos resultantes das entrevistas feitas junto aos participantes e a consonância da observação sistemática no processo de análise das narrativas construídas, observamos os sentidos do nome social para a vida dos/as estudantes, bem como o efeito que estes perceberam após a utilização do nome social no dia a dia no contexto escola e familiar.

O quinto capítulo faz uma análise, dos banheiros os espaços segregados por gênero, em específico o uso dos banheiros diante das violações sofridas pelos estudantes trans e travestis.

Por fim, o último capítulo é dedicado à apresentação das conclusões desse estudo. Esta pesquisa se faz necessária uma vez que abrange um tema que necessita de iniciativas imediatas. A relevância é centrada na contribuição relativa à utilização do uso do nome social no processo de inclusão dos/as alunos trans e travestis menores e maiores de idade na escola estadual José Ivanilton Nocrato, trazendo a questão para um espaço interiorano, descentralizando os estudos da metrópoles e das grandes cidade.

3 NOME CIVIL, DIREITO À PERSONALIDADE E NOME SOCIAL

Para melhor entendimento da expressão “nome social”, há, primeiramente, a necessidade de conceituar a palavra nome e a denominação civil. No Brasil, o Registro Civil de Nascimento é um documento obrigatório e todos têm o direito a ter um nome. Referido documento é um direito fundamental, pois é a partir deste que a pessoa iniciará o exercício de sua cidadania, de sua existência legal, com personalidade única e exclusiva. Conforme Ballen e Bizetti (2014, p. 388), “o nome da pessoa natural é o sinal exterior mais visível de sua individualidade, sendo através dele que a identificamos no seu âmbito familiar e meio social”.

A palavra nome deriva do latim *nomen*, do verbo *noscere* ou *gnoscere*, que significa respectivamente, conhecer e ser conhecido. Para Venosa (2014) “o surgimento do nome se deu desde o tempo em que o homem [*sic*] passou a verbalizar seus conceitos e pensamentos e começou a denominar as coisas”. Para Venosa (2014), o nome atribuído à pessoa é um dos principais direitos incluídos na categoria de direitos personalíssimos, sendo que a importância do nome para a pessoa natural situa-se no mesmo plano de seu estado e de sua capacidade civil. Assim, o nome refere-se à manifestação mais expressivo da personalidade e, por ser designativo do indivíduo, é fator de individualização. Dispõe o art. 16, do Código Civil de 2002 que toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Já no sentido integrativo do nome à personalidade, temos a definição do professor Caio Mario da Silva, que ensina que nome é o “elemento designativo do indivíduo e fator de sua identificação na sociedade, o nome integra a personalidade, individualizada a pessoa e indica, a grosso modo, a sua procedência familiar.” Outros preferem mesclar elementos e características do nome para chegar a um conceito, como é o caso do Spencer Vampré (1935), que afirma o seguinte:

"Poderíamos vulgarmente definir o nome, como sendo o retrato sônico da pessoa física; do mesmo que a fotografia é o retrato linear, e o busto, o retrato plástico; isto é, um conjunto de sons, de traços, ou de relevos, pelos quais a tornamos conhecida de todos. Constitui assim o nome o mais antigo, o mais geral, e o mais prático elemento de identificação que possuímos, pois, estando todos sujeitos à lei da associação das idéias, a expressão de um nome nos faz acudir logo ao espírito da pessoa a quem ele se aplica, uma vez que a imagem sonora é a imagem física se tenham ligado duradouramente em nossa memória".(VAMPRE, 1935, p.38)

Conforme Spencer Vampré (1935) elucida, podemos entender que por razões morais, jurídica e econômica que o nome é parte da estrutura do indivíduo que representa e

constitui-se sinal exterior pelo qual é conhecido. Tendo como base a definição do autor sobre o nome podemos compreender que a negação do nome é a mais profunda negação social que alguém possa sofrer na esfera social. Prova disso está explícita na Declaração dos Direitos das Crianças¹² quando sustenta o fato de que todo ser humano tem direito a um nome e que o nome é uma necessidade primária do indivíduo, tanto quanto, a vida.

De acordo com Maria Diniz (2012) é relativamente recente o reconhecimento dos direitos da personalidade como categoria subjetiva do direito, mesmo já existindo na Antiguidade algumas tutelas neste sentido. Foi a Declaração dos Direitos de 1978 que impulsionou a defesa dos direitos individuais, a valorização da pessoa humana e a liberdade do cidadão. Com as agressões causadas à dignidade humana pela segunda guerra mundial, os direitos da personalidade se tornaram juridicamente relevantes para o mundo e passaram a ser resguardados na Assembléia Geral da ONU de 1948, na Convenção Européia de 1950 e no Pacto Internacional das Nações Unidas.

Nessa perspectiva Maria Diniz (2012) vai pontuar que mais abrangente será a redação da proposta do Projeto de Lei n° 699/2011 art. 11, com acréscimo a um parágrafo único:

“O direito à vida, à integridade física-psíquica, à identidade, à honra, à imagem, à liberdade, à privacidade, à opção sexual [*sic*], e outros reconhecidos à pessoas são natos, absolutos, intransmissíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis.” (PL, 699/2011).

Para Venosa os direitos da personalidade são o que resguardam a dignidade humana. “Desse modo, ninguém pode, por ato voluntário, dispor de sua privacidade, renunciar a sua liberdade ou ceder seu nome de registro para utilização de outrem.” (VENOSA, 2010, p.171.). “Existem, no entanto, exceções à regra da indisponibilidade prevista nos artigos 13 e 14 do Código Civil. O Código Civil de 2002 define as características dos direitos da personalidade quando destaca o seu aspecto intransmissível e irrenunciável, como elementos resultantes da fungibilidade própria, que não permite que elas sejam adquiridos por outras pessoas, em face da ligação íntima do direito à personalidade” (PONTES DE MIRANDA, 200, p, 31). Os direitos da personalidade apesar de serem considerados absolutos sofrem limitações em seu exercício. “É certo que a unidade normativa do direito da personalidade, integra-se em nosso ordenamento jurídico com outros dispositivos e poderes de conteúdo jurídico diversos, com suas próprias valorações” (SOUZA, 1995, p. 515)

¹² Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

Nesse sentido Berenice Bento (2012) expõe que a situação dos direitos das pessoas trans perpassam por uma espécie de gambiarra jurídica uma vez que, para que possam postular a mudança registral, elas necessitam se apresentar como portadores de uma patologia, confirmada por laudos psiquiátricos e/ou patológicos. Por conseguinte, esse tipo de reconhecimento jurídico de identidade trans como uma patologia reforça a ideia de conhecimento equivocado, o que por si já os classifica como cidadãos de segunda categoria, ou detentores de uma cidadania precária.

Recentemente, a comunidade trans e travestis, após décadas de luta e resistência tem direito de expor sua personalidade. Uma das formas é a utilização da política do uso do nome social. A expressão “Nome Social” é designada ao nome pelo qual a população trans e travesti dentro do gênero que se identificam já que o nome civil ou de registro já não reflete a forma como esses indivíduos se identificam. De acordo com Cláudio Alves¹³ (2017) o nome (social)¹⁴ pode ser definido como o nome pelo qual travestis e transexuais se apresentam e desejam ser chamados, pois é o nome que reflete a identidade de gênero que essas pessoas constroem em suas trajetórias de vida. O nome social é distinto de nome civil, que é estampado nos documentos oficiais e que indica o sexo pelo qual as crianças foram designadas por seus familiares ao nascerem. (ALVES, 2017. p. 6)

Nessa perspectiva o autor vai pontuar que travestis e transexuais, quando escolhem um nome distinto daquele de registro civil, buscam o reconhecimento de sua identidade de gênero como legítima, querem um acolhimento respeitoso nos mais diversos grupos e instituições sociais. O nome social revela um certo paradoxo entre a busca de visibilidade social de pessoas trans e travestis, no sentido do reconhecimento do outro e do exercício pleno de cidadania, e, por outro lado, o desejo de invisibilidade, ou seja, o de deixarem de serem vistos cotidianamente como pessoas “estranhas” ou “anormais”. Esse dispositivo nominal denuncia permanentemente as contradições da vida coletiva, os movimentos de inclusão e exclusão. Nesse sentido, o uso do nome social afeta as relações de todos os implicados nos espaços familiares, sociais e institucionais. (Apud, 2017, p.7).

O nome social é uma expressão que pode ser estendida como nome escolhido pelas

¹³ Na busca pela fundamentação da minha pesquisa foi difícil encontrar pesquisas que discutem a política do nome social em contexto escolar. A primeira investigação que encontrei foi do pesquisador Cláudio Eduardo Resende Alves, li seu livro intitulado: *Nome Sui Generis: o nome (social) como dispositivo de gênero* (2017). Inclusive, o pesquisador é bastante citado em outros trabalhos de cunho acadêmico.

¹⁴ Cláudio Alves (2017) ressalta, com o uso dos parênteses, que todo nome é social. A criança, ao nascer, recebe um nome escolhido por sua família, um nome que condensa histórias, expectativas e desejos que os familiares dirigem aos filhos. Portanto, o nome reflete as relações afetivas vividas no contexto familiar e social no qual a criança nasce, sendo assim o nome é social. (ALVES, 2017.p.7)

pessoas transexuais e travestis, as quais querem ser identificadas e reconhecidas socialmente. Tal nome “é mais do que um conjunto de letras esvaziadas de sentido, ele opera mecanismo de transgressão da norma dominante, tornando-se ele mesmo um mecanismo de resistência política”(PRECIADO *apud* ALVES;MOREIRA, 2015, p.27)

3.1 Políticas Educacionais: percurso histórico para a garantia do nome social nas escolas.

De acordo com Luma Andrade, “a questão do nome social é uma reivindicação da população LGBTQIA+, em especial das pessoas travestis e transexuais que fazem parte de uma luta coletiva (ANDRADE, 2023).”¹⁵ À vista disso, segundo Maria Rita César (2009)

“com a ampliação da educação básica no Brasil na última década, a partir do princípio da inclusão social, além da atenção dada pelos coletivos organizações sociais LGBT¹⁶, o tema de exclusão de pessoas transexuais e travestis nas escolas¹⁷ brasileiras começam a tomar contornos importantes na investigação educacional.” (CÉSAR, 2009, pág. 01)

Em 2008, foi realizada a 1º Conferência Nacional GLBT¹⁸ O evento se caracterizou por ter sido o primeiro do mundo a ser convocado por um governo. Isso demonstra a força da demanda da sociedade civil organizada. Nesse sentido Maria da Glória Gohn (2013) destaca que, “a exigência de uma democracia participativa deve combinar lutas sociais, com lutas institucionais e a área da educação é um grande espaço para essas ações, via a participação em conselhos, fóruns, e, no novo século, em conferências nacionais.” O tema da conferência foi: Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Por meio da iniciativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, impulsionada pelo Programa Brasil sem Homofobia¹⁹.

¹⁵ Entrevista com Luma Andrade disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crece-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/>

¹⁶ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)

¹⁷ Nesse sentido, Rogério Junqueira (2010) anuncia que ao longa da história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários um conjunto de dinâmicas de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles/as que não se sintonizassem com os arsenais cujas referências era e ainda são centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. A escola tornou-se por conseguinte, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade físico mental etc. (JUNQUEIRA, 2009, 2010, AQUINO, 1998; LOURO, 1999, 2004; LOUR, FELIPE, GOELLNER, 2003; MUNANGA, 2005; CAMARGO & MARIGUELA, 2007; CARVALHO 2000).

¹⁸ A conferência coincide com a comemoração de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirma o compromisso do Governo Federal com a questão dos direitos da população LGBT.

¹⁹ O programa Brasil Sem Homofobia (2004), criado no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sob o mandato do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com vista à efetivação do Plano Plurianual (2004-2007). Teve como intuito de conferir visibilidade

Nessa perspectiva Eunice Durham (1986) vai dizer que “o sucesso da antropologia está certamente vinculado ao fato de que, hoje, essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos.” (DURHAM,1986,p.17).

De acordo com Maria Rita César (2009) o eixo temático que tratou do tema da educação, em razão das difíceis relações institucionais escolar e a população LGBT, elaborou uma extensa lista de deliberações, dentre estas, que explicitam a dificuldade de seu acesso e permanência nas instituições escolares. Assim, a proposição de número quatro deliberou sobre a necessidade de: “Propor e adotar medidas legislativas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a estudantes o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.” (BRASIL, 2008, p.209)

De acordo com Maria Rita César (2009), tendo em vista esse panorama geral, a discriminação sexual ou de gênero foram produzidas uma série de medidas capitaneadas pelos movimentos sociais, que objetivavam a modificação da situação de discriminação exclusão.

“Além das reivindicações que visavam garantir a integridade física, psíquica e social da comunidade LGBT, vários coletivos sociais se mobilizaram com o objetivo de assegurar, mediante legislação específica, a utilização do nome social de transexuais e travestis nas instituições escolares.”(CÉSAR, 2009, p.2).

Várias medidas foram tomadas, dentre estas campanha nacional da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) pela aceitação do nome social nas escolas brasileiras. No âmbito da campanha nacional ABGLT determinou o envio de um documento a todas as Secretarias de Educação solicitando a elaboração de portarias específicas que autorizam o uso do nome social nas escolas. (MIX Brasil).

Em 2008, o uso do nome social enfim foi reconhecido a nível nacional. Com a promulgação da Portaria do Nome Social na I Conferência Nacional LGBT, realizada entre 6 e 8 de julho de 2008, em Brasília, transformou o uso do nome social em uma reivindicação nacional do movimento. No Brasil, o Estado do Pará foi o pioneiro a incentivar o uso do nome social nas escolas, regulamentando a Portaria Estadual nº 016/2008/GS, de 10 de abril

mais digna às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros; objetivando profissionalizantes, inclusivos, promoção dos direitos humanos, além de buscar acabar com a LGBTfobia no Brasil e melhorar o quadro de saúde, com a diminuição da contaminação de DSTs - crescentes, segundo o estudo de Regina Facchini (2005).

de 2008, a qual é reconhecida como Portaria do Nome Social. O artigo 1º da tal portaria assim dispõe: “a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de Travestis e Transexuais.”

As deliberações da Conferência Nacional de Educação de 2010 também trouxeram subsídios para as políticas públicas de educação quanto ao uso do nome social de travestis e transexuais nos estabelecimentos educacionais. A Conferência deliberou que as políticas públicas quanto a gênero e diversidade sexual deveriam, entre outras disposições, “Propor e garantir medidas que assegurem às pessoas travestis e transexuais o direito de terem os seus nomes sociais acrescentados aos documentos oficiais (diário de classe) das instituições de ensino.” (BRASIL, 2010, p. 144).

As políticas de gênero tendem certamente a contribuir para o enfrentamento ao preconceito à identidade de gênero. Nesse sentido, o Conselho de Educação do Estado do Ceará, através da Resolução nº 437/2012, encontrou o seguinte meio para superar a questão do uso do nome social de estudantes trans e travestis menores de 18 anos de idade: “Para os estudantes que não atingiram a maioridade legal, a inclusão poderá ser feita mediante autorização conjunta, por escrito, dos pais ou responsáveis, ou por decisão judicial.” (CEARÁ, 2012). Nos estabelecimentos educacionais encontra-se respaldado pelos Princípios de Yogyakarta, entre outros instrumentos, nas suas disposições sobre o direito à educação:

Os Estados deverão: (...) e) Assegurar que leis e políticas deem proteção adequada a estudantes, funcionários(as) e professores(as) de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, contra toda forma de exclusão social e violência no ambiente escolar, incluindo intimidação e assédio. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 23).

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), aprovou a Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015, a qual, entre suas várias disposições relativas ao nome social, afirma:

“Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.” (BRASIL, 2015)

A Resolução Nº 12/2015 do CNCD/LGBT assegurou a política do uso do nome social em todos os estabelecimentos educacionais do país e preencheu a lacuna deixada pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2009 quando este, com base em parecer jurídico, determinou que o assunto não era de sua competência em função de “aspectos legais que envolvem a alteração do nome civil” e que o uso do nome social nos estabelecimentos educacionais é “tema que deve ser objeto de deliberação dos sistemas de ensino, já que uma eventual resolução do CNE poderia suscitar controvérsias a partir da alegação de invasão de competência, tendo em vista o disposto no Art. 10 e o Art. 17 da Lei nº 9.394/96.” (BRASIL, apud ACRE, 2011).

A Resolução nº 12/2015-CNCD/LGBT, em seu artigo 2º, garante a todos àqueles que solicitarem, “o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência”. Ficando claro que a partir de tal normativa, os alunos que usam o nome social estão amparados legalmente para serem chamados como assim o desejarem.

Em abril de 2016, o Decreto Presidencial nº 8.727 possibilitou o “uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016), permitindo que qualquer pessoa travesti ou transexual tem o direito de requerer e ter aceito o uso do seu nome social em “documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres” (Ibid.) da administração federal. O Decreto é interessante porque contém uma disposição contra a discriminação por identidade de gênero, tema este que o Legislativo Federal tem sistematicamente evitado: “É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais” (Ibid.)

Já no ano de 2017, no Estado do Ceará foi regulamentado a Resolução nº0463/2017 que regulamenta o uso do nome social nos registros escolares para incentivar o nome social nas escolas, objetivando diminuir o preconceito e a evasão escolar, contribuindo diretamente para agregar na utilização do uso do nome social por estudantes travestis e transexuais, por meio da orientação da Portaria nº1271/2017 do Gabinete da Secretaria de Educação do Ceará, do Decreto Estadual nº 32.226/2017. A lei estadual nº 16.946/19 assegura o direito ao uso do nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará e define em seu Art 1º que:

Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis, no estado do Ceará o direito à identificação pelo nome social nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e no âmbito dos serviços privados de ensino, saúde, previdência social e de relação de consumo (CEARÁ, 2019, n.p.)

Em 2018, a Portaria nº33, de 17 de janeiro de 2018 que discutiu a normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica com a Comissão Bicameral de Direitos Humanos e sua expressão no cotidiano da escola brasileira, como orientação sexual, identidade de gênero e nome social. Com uma nova composição de conselheiros, o CNE convidou instituições, pesquisadoras/es e ativistas LGBTI para estudar o assunto. A profa.Dra.Luma Andrade esteve no Conselho Nacional de Educação para realizar também a defesa do nome social tendo em vista a sua grande contribuição política e epistemológica ao país. Em seu artigo art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CP, no 14/2017, do Conselho Pleno de Conselho Nacional de Educação, aprovada a sessão pública de 12 de setembro de 2017, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos.(BRASIL, 2018)

A regulamentação do uso do nome social nas instituições de educação básica foi aprovada pelo Ministério de Educação Nº 1 de janeiro de 2018. Desde então, jovens maiores de 18 anos podem solicitar o registro de nome social no ato da matrícula nas escolas. No caso de menores de idade, o requerimento deve ser feito pelos responsáveis.

Figura 4. MEC autoriza transexuais e travestis a usarem nome social nas escolas



Fonte: disponível em:

<https://sismmac.org.br/mec-autoriza-transexuais-e-travestis-a-usarem-nome-social-nas-escolas/>

Para Cláudio Alves (2013) é preciso um conjunto amplo de ações em várias esferas, não só na educação, para superar esta situação, no entanto o uso do nome social no ambiente educacional pode ser uma das contribuições para promover a inclusão e diminuir a marginalização das pessoas trans. (ALVES, 2013, p.1). Nesse sentido, de acordo com Maria Rita César (2009) afirmou, mesmo com as reivindicações da sociedade civil resultando em apoio por diversos vertentes do Governo Federal, levando à criação de medidas legislativas

em defesa dos direitos humanos de pessoas trans e travestis no âmbito escolar, é fato que as escolas, em sua grande maioria, ainda exercem o preconceito e a exclusão.

4 REDES DE CONTATO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O início da pesquisa em campo foi na Seduc, o meu primeiro contato ocorreu no dia 22 de julho, com o José Wellington, que faz parte da equipe de Educação Escolar Indígena da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional. Obteve seu contato através da minha professora orientadora, Luma Andrade. Em seguida eu lhe enviei a seguinte mensagem: “Wellington Boa Tarde. Então. Estou fazendo uma pesquisa sobre a política do nome social. Preciso entrevistar algumas pessoas da Seduc para saber como essa política funciona e coletar dados atualizados. Gostaria de sua ajuda, a quem procuro primeiro. Gostaria de ir presencialmente fazer essa coleta.” Em seguida ele me repassou o contato de Marília Mendes que é Assessora Pedagógica da Equipe de Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade (EDHGS).

Entrei em contato com ela via Whatsapp ela foi bem gentil comigo e perguntei qual dia poderia ir para conversar com a equipe e tirar as dúvidas que tinha, ela me comunicou que eu precisava avisar porque a semana seguinte iria está trabalhando em Home Office para Marília seria melhor na primeira semana de agosto porque sua sala iria passar por reformas, mas que poderíamos ir dialogando o melhor dia para ambas. No entanto, no mês de agosto não deu certo nosso encontro tanto pelas atividades da Marília como as minhas. No dia 12 de setembro mandei uma mensagem para Marília que dizia o seguinte: “Marília, boa tarde desculpas por não ter retornado. O último mês foi muito corrido. Gostaria de lhe perguntar quando posso ir presencialmente na Seduc levantar alguns dados de pesquisa sobre nome social? quando você terá disponibilidade? desde já agradeço.” Marília Me respondeu: “Oieee Sol boa tarde, estou de férias vou te passar um contato de uma das colegas da equipe e você se apresenta e explica, tá bem?” Marília me encaminhou o contato da Silvia agradece a Marília e fui conversar com Silvia.

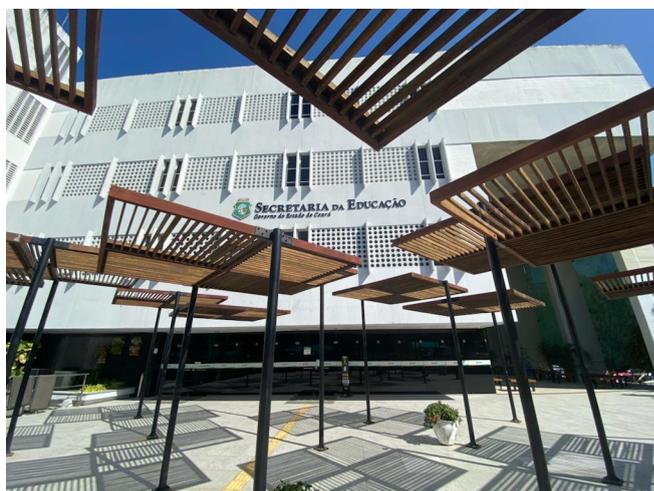
No dia 12 de setembro mando uma mensagem para Silvia me apresentando: Silvia, boa tarde. Me chamo Sol Alves, consegue seu contato com Marília. Sou pesquisadora/estudante em antropologia/UNILAB. Estou numa pesquisa sobre a política do nome social para as pessoas trans e travestis. Nesse primeiro momento gostaria de coletar dados recentes na Seduc, gostaria de ir presencialmente conversar com vocês a respeito dessa política. Silvia me mandou um áudio pelo Whatsapp ela disse: “Oi Sol, tudo bem? É assim, só tem eu hoje da equipe aqui porque a Marília e a Marli estão viajando. A Marli

chega amanhã se você quiser vim na sexta feira vai estar eu e a Marli nós podemos te receber se for essa semana aí você vem sexta feira de preferência ou pela manhã ou à tarde, eu não sei, aí você avisa antes e a gente confirma, tudo bem? A gente não tem nenhuma atividade na sexta-feira, por isso estou falando pra você vim na sexta.” Respondi com muita empolgação. “Sílvia sexta tá ótimo, prefiro pela manhã, mas aí confirmo com vocês o melhor horário. Desde já lhe agradeço querida pela atenção.”

Na sexta feira do dia 16 de setembro às 08h16 da manhã mando uma mensagem para a Sílvia: “Sílvia, bom dia. Que horas eu posso ir?” ela me respondeu por áudio que “Ô Sol, você pode vir o horário que você quiser, só não vem depois das 11hrs e 16hrs por que a gente fica se organizando já para sair tá bom? aí tu vem ou antes das 11hrs ou antes das 16hrs se for a tarde.” Respondi: “Ok, então vou chegar aí umas 14hrs pode ser? Ela respondeu por texto que: “sim, estamos no 2º andar bloco B Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin) é a última sala do corredor à tua esquerda.”

Na sexta feira do dia 16 de setembro desloco-me de Pacatuba, às 12:00, para chegar ao meu destino antes das 14 horas. Sai de casa, peguei a topique e me sento bem próximo a janela para ir pensando sobre minha pesquisa, a distância de Pacatuba para o terminal da Parangaba é de 22,4 km. Chegando ao terminal da Parangaba peço uma moto por aplicativo para ir ao meu destino, a Sede da Seduc, que fica na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n -Cambeba. Chego ao meu destino. Na área externa da Sede da Seduc logo vejo vários caramanchões, na verdade eu nem sabia o nome dessa estrutura de madeira, que serve para cobrir de vegetação, mas as estruturas de caramanchões que fica bem a frente da sede da Secretaria de Educação não tinha nenhuma trepadeira, mas do lado havia um jardim muito lindo.

Figura 5. Fachada da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc) Fortaleza/CE.

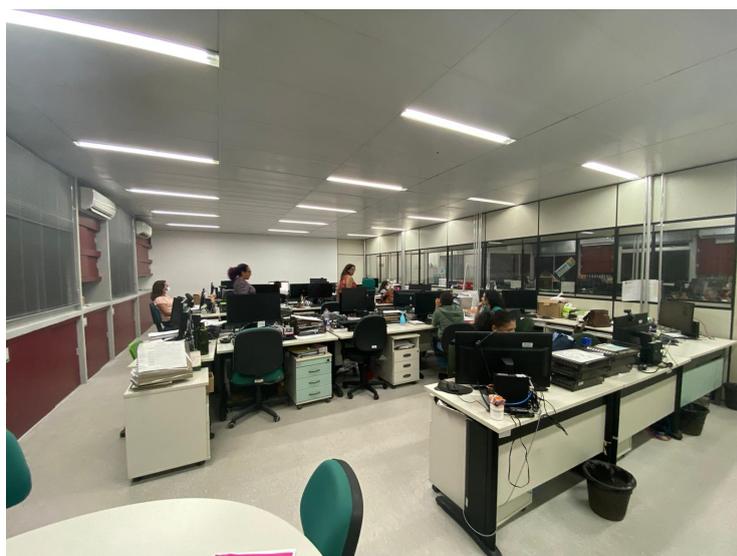


Fonte: Imagem da autora, 2022.

Em seguida, após a todo momento exigir de mim uma observação calma e detalhada, entrei na Sede e fui atendida pela recepção. Cheguei e cumprimentei a todas/os e falei que tinha uma visita agendada com a equipe da Codin, em seguida recebi uma adesivo que estava escrito visitante e preguei no lado esquerdo do peito. Fui direcionada para subir ao 2º andar do bloco B. A moça da recepção apontou para o elevador, que dava pra avistar da recepção e me disse que o bloco B ficava do lado direito e eu poderia seguir em linha reta que eu chegava na Codin. No elevador tinha uma mulher em torno de seus 45/50 anos de idade e lhe perguntei onde ficava o bloco B, ela me disse “eu estou indo para lá te levo se você quiser”, eu agradei pela gentileza e acompanhei ela, falei que iria visitar Silvia e Marli, no que ela me respondeu: “ah, que ótimo conheço elas vou lhe deixar lá” novamente agradei, porque na Seduc tinha várias salas, computadores, pessoas andando pra lá e pra cá, e toda aquela movimentação me deixou um pouco perdida.

Fui me aproximando do bloco B, em seguida me despedi da mulher que me acompanhou e agradei pela gentileza de ter ido me deixar na sala da Codin, em seguida de longe eu vi Silvia vinha do fundo da sala, nesse espaço era um lugar bem grande nas fotos que registrei dá para perceber com mais detalhes o que quero descrever ela veio me cumprimentar, ficamos se olhando por alguns minutos ela me ofereceu água, café que logo aceitei o café, ela pediu para outra moça ir preparar o café enquanto fomos para a sala da Codin, um lugar mais reservado e menos barulhento.

Figura 6. Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc) Fortaleza/CE.



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Alguns minutos depois Marli chegou, me cumprimentou e sentamos todas juntas numa mesa redonda com cadeiras acolchoadas de cor verde escuro. Na sala da Codin tinha um quadro de uma criança indígena, um mapa das regionais de Fortaleza, um mapa das escolas do campo em áreas de assentamento da reforma agrária, Escolas Famílias Agrícolas - EFA, Escolas Quilombolas, Escolas Indígenas, mapa das CREDES²⁰ do Ceará, mapa das CREDES contempladas com Educação, Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade, Escolas de Ensino Médio no meio rural e também havia uma planta do prédio da Seduc.

Me sentei na cadeira, bebi um pouco de água, e já fui dialogando com Silvia e Marli qual era o objetivo da minha visita a Codin. Inicialmente apresentei a elas o meu TCLE, cheguei a perguntar se tinha possibilidade de ser impresso lá, porque eu estava somente com o documento em arquivo no meu celular, elas responderam que sim.

Iniciamos a nossa entrevista às 14:40 da tarde. Silvia iniciou primeiro, ela é técnica educacional da equipe em Educação e Direitos Humanos de Gênero e Sexualidade (EGHGS), e me informou que essa equipe está dentro da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin). Em seguida Marli Aguiar se apresentou informando que é membro da Equipe de Educação em Direitos Humanos e de Gênero e Sexualidade. Ela apontou que era importante eu saber que a Codin ela atua com outras políticas como por exemplo; para as pessoas com privação de liberdade, educação do campo, educação quilombola, educação escolar indígena, educação especial, educação para as relações étnico-raciais e a educação em direitos humanos de gênero e sexualidade. Todas essas políticas estão dentro da coordenadoria. A Codin possui na equipe só por três pessoas que são Silvia, Marli e Marília para atender às 746 escolas da rede pública estadual do Ceará.

Comecei a fazer algumas perguntas que queria entender de forma mais detalhadas sobre o trabalho das equipes da Seduc a partir da coordenadoria específica acerca da política do nome social. A minha pergunta foi: como a coordenadoria contribui para o fortalecimento da política do nome social, no combate às resistências especificamente no contexto escolar. Silvia respondeu que: “nós temos algumas resoluções²¹ do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE) e por último nós temos uma lei estadual²²

²⁰ Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação

²¹ Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

²² Resolução Nº 0463/2017 Dispõe sobre a inclusão do nome social, precedendo o nome civil de pessoas travestis e transexuais, no ato da expedição de declarações, certidões, históricos escolares, certificados, diplomas, e quaisquer outros documentos oficiais, quando for o caso, por instituições de ensino de educação básica, educação profissional e do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino do Ceará e dá outras providências

que é de 2019 né, a Lei do Nome Social que é uma lei estadual que depois eu posso te passar, mas tu já deve ter o número né”. Eu sabia sim, o número da lei do nome social que a Silvia estava se referindo era à Lei nº 16.946. de 29.07.19. Silvia destacou que:

Antes da lei ser efetivada em 2019, em 2018 já iniciou as matrículas pelo Sige, que é nosso sistema integrado de gestão escolar. É um sistema que agrupa todos os estudantes na locação dos professores. É um sistema bem complexo da Secretaria de Educação. Já em 2018 existe a matrícula por nome social. Então no Sige que é esse sistema tem um campo para o campo do nome social. Neste campo agora tem uma lupa tem o link com os termos porque quem vai preencher a matrícula com o nome social tem que preencher, e quem é de menor de idade, uma responsável desse menor é que preenche esse termo de autorização para matrícula. Além disso, nessa lupa, além dos termos tem a lei do nome social que é de 2019. Então desde 2018 a matrícula já acontece, mas desde 2020 tem essa explicação nesse campo do nome social e a partir do campo do nome social na matrícula deve ter todos os documentos daquela pessoa desde a chamada, boletim, o certificado, as declarações, todos os documentos já vão expressos com o nome social. O que é que diz a lei, que o nome social vem a frente e atrás vem o nome civil, logo após aliás. Às vezes a gente tem algumas inconsistências porque é um sistema, mas geralmente fica de boas, pois os documentos já vem com o nome social. (Silvia, entrevista 16 de setembro de 2022)

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), dispõe de algumas ferramentas, dentre as quais se destacam o Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige Escola)²³. A criação do campo do nome social criada em 2020 desponta como solução, mas não somente a única para facilitar a troca de informação a respeito do nome social, bem como dados sobre matrícula, enturmação, rendimento escolar, infrequência, Enem e alunos ingressos em Instituições de Ensino Superior (IES). Em uma conversa posterior com o Fernando coordenador pedagógico da escola José Ivanilton Nocrato ele afirma:

O Sige é um sistema da Seduc que faz a frequência e tudo. Ele já tem a inclusão do nome social, se eu não me engano, isso ocorreu durante a pandemia até quando estava tramitando a questão da legislação. Hoje no Sige sim a inclusão do nome social, mas o Sise, que é o Sistema de Capacitação de Estágios, ainda não teve esse processo de migração, então quando a gente tratar com os alunos ou alunas essa questão a gente tem que ter uma sensibilidade para fazer, porque sabemos o quanto é violento para essas pessoas ter que lutar tanto por sua afirmação para sua identificação que o sistema ainda não permite. Então você imagina que uma aluna vai preencher uma frequência para assinar vinte vezes o nome que ela ou ele se identifica, então ainda há falhas no processo.(Fernando, entrevista 19 de setembro 2022)

Durante o percurso de minha pesquisa conheci essas duas plataformas Sistema Integrado de Informação de Escola (Sige) e Sistema Informatizado de Captação e Estágios (Sice)²⁴ O Sice como apontado pelo coordenador Fernando ainda não atualizou como o Sige ele ainda permanece reconhecendo somente o nome civil dos/as estudantes. Silvia disse que ocorreu

²³ O SIGE Escola está disponível no seguinte domínio: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>.

²⁴ O Sistema de Informação de Captação e Estágios - SICE foi estruturado em 2012 com o objetivo de gerir sistemáticas de captação de estudantes da Educação Profissional e do projeto e-jovem por parte das empresas concedentes de estágio (Secretaria de Educação do Ceará)

um curso de formação com os secretários escolares em 2020:

[...] um curso direcionado para todos os secretários, isso em 2020, um curso virtual para todos os secretários da rede estadual. Um dos temas era os olhares plurais sobre o Sige, assim, tinha questões étnico-raciais, de como preencher questões de raça de etnia, tal a do nome social. Tivemos uma aula, teve um questionário, eles estudaram o material, todos teoricamente, eram secretários e secretárias participaram desse momento, tirando as dúvidas de como poderia colocar mesmo como uma forma operacional de como preencher. Infelizmente a gente ainda tem alguns erros. Quando pegamos os dados, o censo como te falei, pegamos alguns nomes que são apelidos, o que a gente entende é que as pessoas ainda não entenderam que é o nome social e aí as vezes isso acontece, só que isso está diminuindo [...] quando temos um espaço de reunião com os gestores, com orientadores das CREDES, falamos da importância de preencher direitinho para que não tenha erros nos dados. Então, a nossa política tenta de várias maneiras que esse direito seja realmente aplicado. (Silvia, entrevista 16 de setembro de 2022).

Nesse contexto, A Secretaria e Educação do Ceará (Seduc) desenvolve ações de formação e a mobilização formativa para secretários e secretárias a fim de promover um espaço de discussão metodológica para o manuseio e uso do plataforma Sige referente ao campo do nome social como preencher e etc, mas assim como foi apontado por Silvia, podemos perceber as dificuldades encontradas como por exemplo; a falta de entendimento ainda do que seja realmente uma política do nome social. Dessa maneira a respeito da falta de conhecimento dos/as secretários/as Silvia continua:

[...] O secretário usa o sistema, lá o campo tem uma lupinha com a lei. Então, assim, não tem justificativa para essa pessoa que mexe com o sistema dizer que não tem esse conhecimento total. Se a pessoa disser isso é porque a pessoa no mínimo não atentou e observou o campo. (Silvia, entrevista 16 de setembro de 2022).

Como podemos observar existem “dúvidas” por parte de secretários e secretárias a respeito do preenchimento do campo do nome social no Sistema Integrado da Informação de Escola (Sige), mas de acordo com Silvia, esse desconhecimento vem diminuindo. No entanto, podemos perceber que ainda carece de formação mais específica a respeito da política do nome social para que erros como esse apontado não se repitam, pois dessa forma atrapalha o levantamento de dados referentes a política do nome social, sem dados não temos políticas públicas. A produção de dados referentes às matrículas dos/as estudantes que utilizam a política do nome social é para desvalidar a ausência de políticas afirmativas para que não se gere um ciclo de exclusão. Portanto, nesse sentido, Amanda que é secretária da Escola José Ivanilton Nocrato, há dez anos, relatou a respeito das formações apontadas por Silvia:

[...] se eu não me engano foi em 2020 a gente teve um treinamento a gente teve um curso de uma semana que falava justamente sobre isso, como é que nós, enquanto escola, podemos acolher os alunos que estão na transição e que estão se

encontrando na descoberta da sua sexualidade e gênero e de tantas outras coisas. Sabemos que a adolescência é um período em que você começa a se entender como pessoa e esse entendimento ele vai vir de várias formas, então a gente enquanto escola tem que estar pronto para poder fazer o que for necessário no momento em que for necessário. Ele (na reunião) falou justamente sobre a questão sobre o nome social, essa questão da certificação que é um direito da pessoa independente de qualquer outra coisa, a partir do momento que você assume um nome que não é oficialmente você tem que ter outra documentação, é um direito seu. (Amanda, entrevista 20 de setembro de 2022)

Amanda afirma que a formação direcionava como acolher os/as estudantes que estão em transição social de gênero: utilizar vestimentas, nomes, pronomes, banheiros de acordo com a identidade de gênero - reversível - qualquer idade, a qualquer tempo. A escola como um todo tem que estar preparada para saber como cuidar desse/a estudante que está em processos de transição, vale destacar, também assim como foi apontado pela Amanda, em relação a adolescência e se referindo especificamente sobre adolescência de trans e travestis “fica evidente que seu processo de transição de gênero e reivindicação passará pelo o nome social na escola” para os/as estudantes menores de idade Sílvia chama atenção para:

[...] e a grande questão é exatamente essa, porque assim quando o estudante é maior de idade ou quando os pais assinam o termo, o nome vai para a documentação. Mas a lei é clara e se não assinar não vai para a documentação. Então qual é a nossa orientação nas formações é que utilize o nome social de forma informal, ou seja, a professora escreve do ladinho porque agora tudo é sistema, mas que escreva lá do lado o nome social da pessoa para que não cause constrangimento na hora da chamada. Porque os estudantes já se tratam pelo nome social, a maioria não tem muitas discussões com os colegas. As grandes questões são com os professores, com outros pais e/ou com a gestão. (Sílvia, entrevista 16 de setembro de 2022).

Dar o “direito” de usar o nome que melhor o/a representa, não carrega consigo a solução de todos os problemas, em outras palavras não garante a inclusão. Como podemos observar na dificuldade relatada na formação destinada aos/as secretários/as das escolas estaduais. Referente a política do nome social. O que se percebe, é que mesmo havendo formações específicas de como realizar o preenchimento das matrículas dos estudantes no Sige é que as matrículas continuam sendo feitas de maneira imprecisa. O que deve ser enfatizado nessas formações é que o preenchimento correto das matrículas dos/as estudantes trans e travestis podem possibilitar a produção de dados sobre a presença de pessoas trans e travestis no ensino básico. É preciso compreender a importância da política do uso do nome social na escola que se desdobra em muitas outras ações específicas como por exemplo de acesso e permanência.

4.1 Primeira visita à escola José Ivanilton Nocrato

No dia 19 de setembro, minha primeira visita à escola foi para dois objetivos: primeiro, retificar meu diploma e histórico do ensino médio e profissionalizante e, segundo, conversar com o Francisco Fernando, atual coordenador da área de ciências humanas. No período quando estudei na escola entre 2012 e 2013 Fernando era meu professor de geografia. Ainda na secretaria da escola fui atendida por um dos funcionários e falei que queria retificar meu diploma e meu histórico, um funcionário me respondeu que eu precisaria fazer um Boletim de Ocorrência na delegacia (B.O) para ter a possibilidade de um novo diploma. Em seguida ele foi chamado a atenção pela Amanda, secretária da escola informando a ele que não tinha necessidade de eu fazer isso pois existem leis e políticas específicas para o meu caso. Entreguei meu diploma do ensino médio e histórico escolar para ele e fui informada que ficaria pronto em torno de quinze dias -já se passaram meses e ainda não recebi.

Em seguida sai da sala da secretária e fui em direção a sala do Francisco Fernando que me recepcionou com muito carinho e atenção, conversamos por um longo período sobre minha trajetória e quais seriam meus objetivos na escola. Como tudo estava muito corrido pois no dia de minha visita coincidiu com o dia do início do estágio para alguns alunos/as entre eles/as o de Lívia, uma aluna que no futuro seria entrevistada, estudante de 3º ano do curso de informática.

Por esse motivo perguntei ao Fernando se eu poderia entrevistá-lo, ele respondeu gentilmente que sim, me deu uma hora para realizar a entrevista. Nesta entrevista ele foi me apresentando a escola, suas políticas e formações a respeito da política do nome social. Nesta entrevista ele me disse que atualmente na escola havia dois estudantes trans matriculados; um que se afirma enquanto homem trans Yuri, do 2º ano do curso de química e Lívia que se afirma como travesti, do 3º ano do curso de informática.

Fernando na entrevista me apresentou os desafios e resistências dos/as estudantes na escola, em seguida ele pediu para um dos funcionários ir chamar Yuri e Lívia, nesse momento fiquei um pouco nervosa, mas tive que manter uma postura firme para os/as estudantes. O primeiro encontro sempre é marcante, (é único) e nesta pesquisa considero um momento muito importante. O encontro de uma pesquisadora com muitas dúvidas com seus principais interlocutores/as da pesquisa. Yuri logo em seguida desceu, pois as salas ficam no 2º andar. Dentro da sala do Fernando vi através dos cobogó de vidro ele descendo. Observei

que sua corporalidade estava de cabeça baixa, e ombros retraídos, muito introvertido, talvez estivesse pensando qual seria o motivo do Fernando ter lhe chamado na sala da coordenação.

Assim, quando ele entrou na sala Fernando me apresentou “olha essa aqui é a Sol, ela veio na escola para realizar uma pesquisa” em seguida me apresentei, de forma bem rápida, apresentei um pouco a minha pesquisa e em seguida lhe perguntei se ele aceitaria em participar da pesquisa. Logo percebi que quando Fernando estava falando com Yuri ele não olhava nos olhos sempre desviava. No momento que trocamos rápidas palavras ele me olhou, mas em seguida desviou sempre de cabeça baixa. Ele concordou e disse que estaria disponível para conversar comigo no dia seguinte, dia 20 de setembro, no mesmo dia que começaria a Feira de Ciências.

Já Livia estava tendo uma atividade na sala e ficou impossibilitada de descer, enquanto isso eu e Fernando conversamos mais um pouco enquanto dava a hora do almoço. Nesse ínterim, ele me levou para o refeitório onde estava Livia e sua turma de amigos/as/es. Nossa fiquei um pouco nostálgica. O refeitório me lembrou imediatamente momentos que vivi naquele espaço, estava muito tímida, mas fui acolhida pelos estudantes. Fernando me apresentou para Livia que logo me cumprimentou demos um forte abraço ela estava apressada pois 12:00h em ponto ela tinha que pegar seu transporte para ir para o estágio, seu primeiro dia de estágio ela estava agitada se cumprimentamos bem rápido, mas de forma calorosa. Deixei minha bolsa próxima de seus colegas e fui para a fila pegar o almoço. O cardápio daquele dia foi arroz, feijão, verdura, cenoura e repolho recortados e creme de galinha. Almocei enquanto conversava com os colegas de Livia, os outros estudantes ficaram olhando pra mim. Com um olhar de curiosidade.

Figura 7. Refeitória da Escola José Ivanilton Nocrato Guaiúba/CE



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Bem, interpretei assim porque os amigos de Livia me perguntaram o que eu estava fazendo na escola. Respondi que eu era pesquisadora e que era estudante em antropologia, em seguida a pergunta foi: “o que é antropologia”? Fiquei um pouco nervosa porque naquele momento eu poderia marcar a vida dos/as estudantes do ensino médio e talvez, a antropologia fosse lhe agradar ou não, mas isso iria depender muito da minha resposta. Então respondi: de maneira bem geral mesmo, mas com receio porque a antropologia é tão vasta. Ai respondi que a antropologia é uma área de estudos das ciências humanas que pretende investigar as origens e características do ser humano de maneira mais ampla possível. Ufa, respondi, mas os rostos expressavam ainda desconhecimento a respeito o que é antropologia? Esse momento foi bem rápido, Livia já tinha ido para a frente da escola esperar o ônibus para ir para seu estágio. Terminei de almoçar, me despedi dos/as amigos de Livia, fui deixar o prato na cozinha e fui em direção a sala do Fernando me despedir dele. Em seguida ele reforçou “venha amanhã vai ser excelente para a sua pesquisa.”

4.2 Feira de ciências: cidadania se constrói no dia a dia.

Figura 8. Apresentação musical de estudantes em frente ao auditório da Escola José Ivanilton Nocrato Guaiúba/CE



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Fui convidada pelo Fernando coordenador da escola para ir assistir às apresentações na Feira de Ciências Humanas e suas Tecnologias. O tema da semana foi: “Cidadania se constrói no dia a dia” cheguei na escola de manhã fui informada que das 07:00h às 08:00h - seria a acolhida. Quando cheguei estava na apresentação de solenidade de abertura de um grupo de estudantes cantando uma música intitulada: O Sal da Terra de Beto Guedes, 1981.

Na parte onde se cantava “Vamos precisar de todo mundo / Pra banir do mundo a opressão / Para construir a vida nova / Vamos precisar de muito amor / A felicidade mora ao lado / E quem não é tolo pode ver”. O auditório na parte exterior estava repleto de colagens feitas com jornais, revistas e etc. Bem no centro havia uma faixa escrita Cidadania se constrói no dia a dia. Logo abaixo vários punhos erguidos com diversos tons de pele simbolizando a resistência contra as diversas opressões. O pátio estava cheio, o corpo escolar estava formando uma meia lua para apreciar as apresentações de abertura da Feira de Ciências.

Ao encerrar a solenidade de abertura da feira de ciências as atividades nas salas se iniciaram cada uma com um tema específico. Passado alguns minutos da abertura conheci Adriely que estava com uma blusa de tom vermelho intenso fomos ver o que estava acontecendo nos galpões técnicos ao lado da quadra de esportes da escola. A turma de 1º ano de Agropecuária estava apresentando Cidadania e meio ambiente. Em seguida Adriely gentilmente me repassou um card informativo via Whatsapp de todas as atividades que estava ocorrendo, aí eu perguntei se ela era professora da escola, ela respondeu que sim, passou no concurso recentemente para ser professora de letras. Adriely é bem jovem assim como eu fiquei muito feliz, ela também disse que estudou na escola assim como eu e agora retorna como professora. E eu retornando como pesquisadora.

Figura 9. Apresentação na sala de aula nº02 do 2ºano química D



Fonte: Imagem da autora, 2022.

A seguir fomos juntas para a sala nº 02 do 2ºano Química D. A escola tem dois andares as salas ficam localizadas no 2º andar que estavam apresentando Pleno exercício

cidadão turma de Yuri, assim quando cheguei na sala tinha várias figuras coladas na porta da sala símbolo da bandeira LGBTQIAP+, Símbolo de luta do feminismo, figuras recortadas representativas de CPF, Carteira de Trabalho, Registro de Nascimento dentre outras imagens que se referem a documentos civis. Quando cheguei na primeira bancada de apresentação em cima da mesa tinha uma bandeira LGBTQIAP+ nessa primeira bancada foi apresentado sobre: O que são direitos humanos, cidadania e nacionalidade, cidadania moderna, direitos e deveres do cidadão. Já na segunda bancada me foi entregue um guia prático e didático sobre Ética e Cidadania que iria ser apresentado por Yuri jovem de 16 anos, branco e cursando o 2º ano do curso técnico de química, ele estava usando um crachá pendurado em seu pescoço como seu nome, ano e curso assim como todos/as de sua turma trajados com o uniforme da escola, uma blusa branca gola polo em cores verde escuro e nas extremidades uma listra branca e laranja, e do lado esquerdo do peito tinha o slogan do Governo do Estado do Ceará. Yuri estava usando outra blusa abaixo do uniforme, e dois relógios no pulso, um no lado direito e outro do lado esquerdo. E a calça da escola de cor azul escuro com fita lateral de cor branca.

Figura 10. Apresentação na sala de aula nº02 do 2ºano química D



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Eu estava tão contente porque tudo estava relacionado naquele dia de certa forma com a minha pesquisa, e essa turma especificamente que discutiu exatamente sobre registros civis. Mariza Peirano (2009) sobre essa questão me faz compreender que “a pesquisa etnográfica não tem início em lugar especial ou momento determinado; ela tem um espaço dentro de nós, quando mobilizamos uma sensibilidade específica. Um evento no dia-a-dia

transforma-se em fala nativa, revelando que a etnografia não se define pelo meio da comunicação, mas pelo objetivo a que a observação é submetida” (PEIRANO, 2009, pág. 53). A sala toda estava informativa, as paredes tinham um painel Backdrop bem grande em formato de RG também tinha um mural com a história da cidadania, um cartaz escrito: Somos todos iguais na diferença e cartazes referente a campanha promovida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)²⁵ eu fiquei olhando e refletindo que eu estava no lugar certo, discutindo algo tão importante como o nome social que a partir dessa política abrange uma série de outras questões relacionadas: como gênero, cidadania, direitos humanos, território, direito a personalidade, resistência, sexualidade, raça, corpo, cidadania, família, escola, docência e dentre outras questões relacionadas. Se foi coincidência ou não, aproveitei ao máximo toda aquela discussão, pois a Feira de Ciências da Escola foi no mesmo dia que eu fui fazer minha segunda observação participante.

Figura 11. Painel Backdrop com Sol Alves



Fonte: Imagem da autora, 2022.

A segunda bancada em que Yuri apresentou estava voltada a apresentar o que é cidadania, o que é ética, como ser um(a) cidadão ético, a relação entre eles. E foram apresentando que ética diz respeito, ao que cada pessoa de boa índole tem na mente e no coração e externa seus relacionamentos. No que diz respeito à cidadania foi me apresentado

²⁵ Campanha referente ao setembro verde que é o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência é celebrado nacionalmente desde 1982, no dia 21 de setembro. A data foi escolhida por sua proximidade com a primavera e por ser também o Dia da Árvore, de forma a assinalar que uma sociedade acessível tem que ser sustentável em todos os aspectos. Tema que foi mais discutido com mais centralidade na outra sala que assistir após a turma do Nick se apresentar. Na turma do 2º administração sala 08 tema da sala: *Guerras pela cidadania no Brasil: o protagonismo das minorias sociais.*

que é a relação do indivíduo com o Estado, participando como sujeito de direitos e obrigações. Ser ético nada mais é do que agir de forma honesta, proceder bem, sem prejudicar os outros. É cumprir com os valores da sociedade com que vive. A ética define os princípios nos quais se fundamenta a construção histórica com direitos humanos, cuja plena vigência representa a condição necessária e indispensável para a concretização da cidadania.

A terceira bancada de apresentação estava toda decorada com imagens recortadas da bandeira do Brasil, Registro Civil de Nascimento, Óbito registro e certidão, emancipação, título de eleitor, passaporte, CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social, CPF Cadastro de Pessoa física, Certidão ou Certificado de Serviço Militar. De acordo com Mariza Peirano (2009) ela afirma que no mundo moderno, os documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos que somos. “Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa autoidentificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável” (PEIRANO, 2009, pág.63). Todos os documentos foram apresentados pela 3º bancada de apresentação em cima da mesa, havia todos os documentos civis já citados e nas bordas da mesa tinha fitas cortadas em verde e amarelo e uma bandeira do Brasil centralizada na mesa.

Figura 12. Apresentação na sala de aula nº02 do 2ºano química D



Fonte: Imagem da autora, 2022.

A apresentação de Yuri, que estava voltada a responder como ser um cidadão ético, sua colega de turma chamada Lisandra lhe fez uma pergunta para somar em sua apresentação a respeito do documento de identidade. Lisandra perguntou a Yuri como que faz a solicitação dessa identidade de nome social e como funciona sua validação. Yuri lhe

respondeu que “a identidade de gênero não se aplica muito ao registro de nascimento ou qualquer outro tipo de documentação pelo motivo de que nem sempre as pessoas vão se identificar com o nome e gênero que está registrado nos documentos civis. É por essa razão que existe a política do nome social na escola para que os estudantes menores de idade ou os que já atingiram a maioria tenham o direito de se afirmar dentro de suas subjetividades e identidade de gênero e começar a utilizar a política do nome social no contexto escolar para dessa forma ser respeitado/a conforme se identificam.” Queria saber mais a respeito de como ele contribuiu com a discussão sobre as documentações com a turma e ele me apresentou essa dúvida da colega que foi essencial para todas/os entenderem como funciona a política e como ela pode ser acessada. Sua explicação para a colega me deixou muito feliz, uma explicação tão direta e tão pontual.

Em 20 de setembro, logo após a apresentação de Yuri, me dirigi a outra sala de nº 07 da turma de administração que estava apresentado sobre Guerras pela cidadania no Brasil: o protagonismo das minorias sociais. No entanto, a sala que eu estava atrás mesmo era de Livia sala de nº4 da turma de informática onde estavam discutindo sobre: Cidadania Digital, não consegue chegar a tempo de apresentação da turma e assistir a apresentação de Livia, fiquei um pouco chateada, mas em campo não tem como dar conta de tudo. Por esse motivo me fez seguir para a sala ao lado da turma de administração. Depois de assistir retornei a sala do Yuri, e perguntei se podíamos iniciar uma entrevista, perguntei qual o melhor lugar da escola. Ele me respondeu que seria a biblioteca um espaço mais reservado e silencioso. Decidimos ir para lá.

3 “Eu me identifico como homem trans, e me identifico como Yuri”

Após sua apresentação na Feira de Ciências fomos para a biblioteca chegando lá perguntei à bibliotecária se podíamos utilizar o espaço superior para realizar uma entrevista. Ela respondeu que sim, mas que precisaria fechar a biblioteca para o horário do almoço²⁶. Subimos pegamos uma mesa e duas cadeiras, ali um espaço mais reservado percebi que Yuri estava mais à vontade comigo, estava conversando e os olhares mais fixos ao contrário de quando nos conhecemos. Yuri é um jovem de 16 anos, branco e atualmente está cursando o 2º ano do curso de química e ingressou na escola no ano de 2021. De início disse que estava na escola para pesquisar e analisar como funciona a política do nome social e, não só, queria compreender também como são constituídas as sociabilidades de estudantes trans e travestis. Em seguida pede para Yuri se apresentar em que ele me respondeu:

Meu nome é Yuri, eu tenho dezesseis anos e estou estudando a segunda série do química D e segundo a minha experiência, aqui foi muito bom eu não sofri nenhum tipo de bullying ou encher o saco. Na verdade, pelo contrário, fui acolhido principalmente pela secretária, claro que tenho algumas rigoridares, eu passei por algumas coisas muito constrangedoras em relação a secretária de educação. (...) a minha vinda pra cá eu sempre fui o Yuri, quando eu vim pra cá, mas antes das aulas online eu era outra coisa. (Yuri, entrevista 20 de setembro de 2022)

Na escola em que as mudanças no processo inclusivo ocorrem partir do entendimento e que a escola deve receber todas as diferenças, seja de saberes, de corpos, onde a diversidade deve ser respeitada e valorizada para seu ingresso e permanência, ou seja, é necessário que a escola se transforme em uma escola das diferenças, que valorize os alunos/as/es nas intersecções de gênero, raça, classe, religião, território, etnia e dentre outros marcadores de diferença. É nesse sentido que podemos constatar na fala de Yuri que sua vivência não ocorreu nenhum tipo de bullying, no entanto indica que ocorreu algumas situações de constrangimento. E aponta que seu processo de transição já tinha começado quando retorna das aulas remotas e passa a ser presencial. Em seguida perguntei como ele se identificava em relação a sua identidade de gênero em que ele me respondeu:

Eu me identifico como homem trans, e me identifico como Yuri. Eu me sinto bem agora, mas não tanto porque na minha casa já estão aceitando mais, mas por parte do meu pai ou da minha mãe eles não apoiam e eu sempre tento arranjar alguma saída pra me virar. (Yuri, entrevista em 20 de setembro de 2022)

O relato de Yuri tem um forte aspecto que é recorrente de seu contexto familiar, Szymaski (1995) vai pontuar que família é palco de múltiplas interpretações. Produz teorias ambíguas e incompletas que descrevem aquele mundo particular de relações. Exemplos de tais generalizações: “mulheres são...”; “homens são...”; os filhos devem...”; “só existe amor

²⁶ Horário do almoço é das 11:15 às 12:15 e o intervalo é até às 12:30.

se houver concordância irrestrita”; “se eu for boazinha sempre, concedendo sempre...”; “casamento é...”. e assim por diante. Esse discurso vai sendo construído em cada mundo familiar, dando-lhes feição própria, mesmo que sob um só modelo (SZYMANSKI, 2003, p.25).

Quando o Yuri aponta que em casa está mudando pude observar de mais de perto quando entrevistei o porteiro da escola Osias onde ele me apresentou uma situação que envolveu ele Yuri e seu pai. Na hora da saída da escola Osias chamou Yuri pelo nome morto, porém Yuri não respondeu, Osias me disse que:

Eu chamo ela de Yuri, ela não me atendeu, só quando o pai dela passou ele falou, ela prefere que chame ele de Yuri, aí pronto, a partir de hoje é do mesmo jeito, eu respeito a todos do jeito. Se tu me disser assim eu sou isso você pra mim vai ser aquilo para a vida toda. Não vou contra ao que você vai pedir, mas desde quando não lhe cause nenhum constrangimento nem pra você e nem pra mim, quando errar e você chegar e falar não, a partir de hoje eu quero assim eu vou respeitar e vou falar. (Osias, entrevista 22 de setembro)

Podemos observar que o porteiro não respeita o pronome do estudante mesmo ele afirmando que “eu respeito a todos” e que pontua que não gostaria de passar por nenhuma situação de constrangimento ao errar o pronome ou nome de algum estudante, mesmo ele fazendo o estudante passar por momentos de constrangimento ao identificá-lo no momento da saída onde se encontra vários estudantes e falar em tom alto o nome pelo qual o estudante não se identifica. Para Yuri, o uso de um nome que não corresponda a sua identidade de gênero é motivação para impedimentos e obstáculos de variadas ordens.

Nessa fala pude perceber a reação do pai de Yuri que corrigiu o porteiro ao se referir ao seu filho com um nome pelo qual ele não se identifica, isso demonstrou um ponto positivo. Nesse sentido, de acordo com Francisco Rego (2017) homens trans com quem ele pesquisou estavam quase todos em situações de extrema dificuldade para concretizar suas transições de gênero, e um dos fatores mais materializados era a receptividade da questão familiar. O suporte de parentes se mostrou central para vivenciar a emergência da transexualidade e as mudanças que ela ocasiona em suas vidas.”(REGO, 2017, p.5-6). Em seguida continuando a entrevista perguntei a Yuri se ele conhecia a respeito da política do nome social:

Quando entrei na escola, no começo, tinha muita ansiedade sobre isso, porque não tinha um conhecimento básico e o que me impedia de ir atrás disso era justamente a família, então no começo eu não tinha assinado nada na escola sobre nome social, mesmo eu querendo, mas foi muito apreensivo dou muita atenção para uma coisa, só então eu acabei desistindo de fazer. No começo foi concretizando, acabei falando com o meu diretor de turma, que antes era o Emerson, hoje ele saiu da escola e eu tinha falado para ele sobre a minha identidade de gênero sobre o meu

nome social. (Yuri, entrevista em 20 setembro de 2022).

Yuri conta que no início de 2021 não tinha conhecimento a respeito da política do nome social, no entanto ele foi impedido pela família de acessar informações referentes a política do nome social. A partir dessa situação é preciso pensar com Judith Butler (2013): como seria uma lógica alternativa do parentesco? Até que ponto os sistemas lógicos identitários sempre exigem que a construção de identidades socialmente impossíveis ocupe o lugar de uma relação não nomeada, excluída, mas pressuposta e subsequentemente ocultada pela própria lógica? (BUTLER, 2013, p. 69). De acordo com Cláudio Alves (2017) o mecanismo de alteridade é ontológico, delimitando caminhos e desprovendo o nomeado de escolha. Deve perseguir os ideais de família e seguir um caminho previamente determinado.

O nome adquire um caráter coletivo, não sendo apenas o nomeado, pois representa um desejo dos familiares em relação aos seus receptores. Romper com essa estrutura predeterminada é o destino de muitos. (...) escolhas nominais geram identidades de gênero legítimas que, por sua vez, geram corpos abjetos. Destino oscilante: de um lado, o nome civil como extensão hereditária em acordo com o gênero designado ao nascer e, de outro, o nome (social) como contestação da memória genealógica e em desacordo com o gênero de nascimento. (ALVES, 2017, p.38-39)

Desse modo é importante enfatizar questões subjetivas da singularidade do sujeito, isso lhe causava ansiedade. Yuri afirma que queria acessar a política, mas no momento da matrícula ele estava acompanhado pela mãe, dessa forma fazendo-o se matricular com o nome de registro. Althusser (1985,p.28), classifica a escola²⁷ e a família como Aparelhos Ideológicos, uma vez que: Tomam a seu cargo crianças de todas as classes sociais [...] inculcando-lhes durante anos, saberes práticos envolvidos na ideologia dominante. [...], velando pela manutenção do status quo, ou seja, na ordem social vigente, e reprimindo as tentativas de contestação. Ainda sobre essa questão Yuri diz que:

Fui criado numa família muito tradicional, ou seja, eu tenho coisas em mim que sou muito rigoroso e acabo as vezes me próprio sabotando. Busquei terapia, algo que me faz ter um bom convívio no colégio, porque ninguém me tratou mal, ninguém fez nada comigo, graças a Deus, e no caminho pra cá eu achei muito bom porque fui adquirindo experiência de como iria ser e minha vinda pra cá e sobretudo o que eu sou. (Yuri, entrevista em 20 setembro de 2022)

De acordo com Raquel Platero (2014) o imaginário dos pais e mães, assim como da família é constituído por ideias projetadas acerca de como será a criança que está para nascer. Essas projeções, não se limitam somente às características físicas (sexo biológico,

²⁷ Nery (2015), pesquisador e homem trans, argumenta que a escola “exclui” as pessoas trans e/ou não binárias. De acordo com ele, sem preparação e esclarecimento, o espaço de aprendizagem não acolhe, não reconhece corpos trans e/ou não binários, restando-lhes a estigmatização e a discriminação. Segundo o autor, a rigidez dos valores conservadores de profissionais no espaço escolar revela o que Deleuze chamou de “microfascismos em nós”, o que se expressa por meio das atitudes autoritárias, como o tom de voz expressivo e as expressões faciais depreciativas, por exemplo, os olhares depreciativos.

padrão de beleza), como poderão passar pelo gênero (masculino ou feminino), pelos seus comportamentos estereotipados face ao gênero eleito/ou conhecido, pelo forma de como gostariam que estas fossem quando crescessem, os seus gostos, as suas atividades e até mesmo a escolha de uma profissão.

Raquel Platero (2014) afirma que quando estas expectativas não são atingidas, como no caso da existência de Yuri diante de sua afirmação de gênero, as famílias podem tornar-se, ou não, apoiantes e/ou experienciar sentimentos de decepção, frustração e mesmo de fracasso sentindo-se responsáveis e culpados por terem “falhado” nos seus papéis de pais e mães, sendo que alguns casais podem não aguentar a pressão, acabando a relação. Assim, conforme explica Raquel Plantero (2014), todos esses processos de rejeição cairão especificamente sobre o corpo e nesse sentido na própria identidade de gênero, consequentemente no nome que o filho se identifica. Sobre essa ocorrência vemos a resposta da secretaria da escola no ato da matrícula Amanda:

Quando eu percebo que tem alguém que se identifica com um outro gênero, principalmente no período da matrícula, eu pergunto logo. Quando eu vejo o nome de batismo e quando eu vejo a pessoa eu pergunto logo se você tem algum outro nome do qual você se identifica, porque a gente pode utilizar esse seu nome na sua documentação escolar, por mais que você não tenha seu documento novo a gente pode utilizar o seu nome na documentação escolar. O primeiro contato que o aluno tem com a gente, a gente já faz questão de informar que ele tem direito a isso, a gente trabalha aqui de uma maneira muito transparente com relação a essas questões. (Amanda, entrevista, 29 de setembro)

Desde o ingresso de Yuri na escola ele não utiliza o nome pelo o qual se identifica desde o ato da matrícula, mesmo sendo uma vontade sua, no início Yuri não conhecia a política do nome social no sentido de “regras” como ele mesmo destaca, mas sabia que podia utilizá-la. No entanto, ficou muito apreensivo por parte de sua família e isso lhe fez desistir de utilizar a política quando ingressou na escola. Na entrevista com Amanda podemos verificar que a escola tem uma sensibilidade, ela me respondeu que quando percebe que o aluno/a/e se identifica com o outro gênero ela informa que “o estudante pode utilizar o nome que se identifica na documentação escolar.”

Segundo Yuri sua vontade foi se concretizando e com isso podemos perceber sua formação e afirmação de sua identidade de gênero no contexto escolar. Podemos dizer assim, que “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (Louro, 1999, p. 9), ou seja, nossos comportamento e identidade sexual são moldados pelas instituições de poder, além da cultura e da história. Yuri conta que:

muitas pessoas que não me conheciam acabavam falando o meu nome de registro, meu nome de chamada. Não tenho muito conhecimento sobre o nome social em regras, mas sei que na minha experiência, aqui na escola, foi ir para diretoria e eu acabei falando sobre o meu nome social e sobre minhas condições e aí eles foram estabelecendo no sistema, começaram a colocar meu nome social em algumas chamadas, mas na assinatura está o meu nome de registro ainda, então eles mudaram, fizeram no sistema em que foi respeitado a minha identidade de gênero, porque não podiam mudar o que estava no documento, pois eu não fiz uma transição eu não fiz a assinatura de uma nova identidade. (Yuri, entrevista em 20 setembro de 2022).

Podemos verificar a importância dos Diretores de Turma (DT) para o acesso da política do nome social e apoio aos/as estudantes. Os/as DT's é um projeto desenvolvido com a atuação dos/as professores/as - Núcleo Gestor, alunos, funcionários, pais e comunidade escolar que propõe que o professores/as, independentemente de sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, no caso de Yuri, a turma que o professor Emerson era responsável era 1ºano química D. Yuri aponta que dialogou primeiramente com seu diretor de turma sobre sua identidade de gênero e sobre seu nome social para depois ir para a diretoria. É importante evidenciar o que o Yuri quer apontar quando expõe que não fez uma transição e não fez uma assinatura de uma nova identidade. A saber nas próprias definições do aluno ele está se referindo ao seu nome social, pelo o qual quer ser chamado em contraste com o nome oficialmente registrado, que não reflete a sua identidade de gênero, isto é, ele aponta que não fez a retificação de seus documentos civis, por isso ele aponta que não fez uma nova assinatura de uma nova identidade. Nesse sentido, quando entrevistei a Tatiane diretora da escola José Ivanilton Nocrato ela expõe que:

o aluno que quiser fazer o uso de um nome social ele pode falar diretamente para a diretoria e ou o diretor de turma, que é o professor responsável de acompanhá-lo, e a partir daí o professor comunica toda a comunidade escolar e a comunidade escolar utiliza o nome social. Com relação de registros de documentos, ele pode buscar a secretaria e solicitar que seja feito o registro do nome social nos diários, no entanto, a parte de documentação de emissão de certificados, transferências, declarações essas atualmente no Sige ele permite que coloque. Mas não vou dizer pra você que é simples de lidar também com os pais, pois nem sempre na hora que ele vê lá o nome no documento do filho, um nome diferente ou da filha o nome diferente, ele nem sempre aceita, às vezes essa questão do nome social ou da identidade de gênero do aluno não é bem visto em casa. (Tatiane, entrevista 23 setembro de 2022)

Podemos verificar na fala da diretora que a escola exerce a política de nome social aos seus estudantes que parte desde os/as diretores de turma, a secretaria, coordenação professoras/es e diretoria. Quando o aluno/a opta em utilizar a política do nome social. Na vivência de Yuri, pude perceber as barreiras que ele enfrenta no seio familiar. Embora a escola demonstre ser acolhedora por si só, ela não é o suficiente para proteger o aluno de

violências. É preciso que a família também faça sua parte nesse processo de afirmação de identidade de gênero, em que o aluno enfrenta uma forte negação familiar conforme exemplifica Yuri:

Então assim, a minha mãe veio de uma linhagem muito reservada, mas ela é muito aberta, professora de filosofia, pra ela é uma dificuldade enorme, ela não quer me deixar mal ou fazer alguma coisa ruim. Pra ela é muito difícil ter trilhado um caminho todo de ter uma filha e ter essa transformação de alguns anos atrás - isso faz dois anos e bom - ela vai consultar uma terapia na minha psicóloga própria a gente vai ter conversas, mas eu não citei sobre eles assinem nada porque nem eu tinha conhecimento sobre. Eu não tenho muito conhecimento disso e eu não queria aprofundar mais porque eu gosto de evitar conflito mesmo porque isso pode gerar uma discussão e creio eu que sou muito jovem para eles assinarem esse tipo de coisa e creio eu que eles não vão assinar nada. (Yuri, entrevista 20 setembro de 2022)

Podemos constatar que a posição de sua família, em especial sua mãe é de resistência a sua identidade de gênero, o enquadramento e a afirmação interpelam o sujeito a uma posição e uma tentativa de se auto definir. Neste jogo de posições, não se pode esquecer o outro lado que nega sua afirmação identitária de gênero. Àvila (2014) considera que os homens trans passaram a ser mais visíveis na sociedade brasileira somente em 2009, principalmente através da internet. É um tempo curto, se comparado às travestis e mulheres trans que estão presentes na mídia e nos estudos acadêmicos há décadas. Contudo, os homens transexuais, ou simplesmente homens trans, ainda são invisibilizados nos diversos meios sociais, sendo até comum muitas pessoas não possuam conhecimento de suas existências.

Conforme Raquel Platero (2014) destaca que para meninos e meninas que transgridem as normas de socialização tradicional sobre o gênero a juventude trans, essas demandas para que cumpram os comportamentos tipicamente masculino e feminino são endereçados a uma parte vital de quem eles são; aludem à sua própria personalidade e identidade, que se sentem questionadas. “A desaprovação social que enfrentam devido a separações das normas sociais, especificamente sobre como eles incorporam a masculinidade e/ou feminilidade, faz com que sejam julgados globalmente, o “tudo” por uma “parte” (ser trans).” (PLANTERO, 2014,p.16 tradução nossa). É nessa perspectiva que Yuri vai me relatar que já pensou sim, que o erro era ele e se sentia mal por isso: “por eu considerar isso um problema creio eu que eu detestava a mim mesmo por eu ser assim”.

Ele recebe a mensagem de que ele em particular não é certo, não é bom, não é desejado ou não é aceito, em definitivamente não é a “norma”. Ainda mais que não merecem aquele carinho ou aquela aceitação. Diante dessa perspectiva negativa, muitos as pessoas se

perguntam o que podemos fazer para quebrar essa corrente de abandono, rejeição e discriminação. “Somos movidos pela tarefa de apoiar as pessoas com quem convivemos, acompanhando-as em sua busca por uma identidade habitável.”(PLANTERO, 2014,p.16 tradução nossa). Nesse sentido, de acordo com bell hooks (2020) “muitas pessoas que buscam o amor foram ensinadas na infância a se sentirem indignas, a sentirem que ninguém poderia amá-las como realmente eram, construíram um falso *self*. Na vida adulta, eles conheceram pessoas que se apaixonam por esse falso *self*.” (hooks, 2020, p.199). Isto é, moldam sua personalidade para caber num modelo coercitivo, mas o nome a enunciação quebra e provoca conflitos assim como aponta Yuri:

foi constrangedor, teve casos que meus pais compareceram no colégio e para eles foram um impacto grande as pessoas de lá me chamarem como eu sou, pelo menos como eu me identifico, então o processo foi meio estranho pra eles e foi meio constrangedor pra mim porque eu não conseguia desenvolver aquela coisa mais social. (Yuri, entrevista 20 de setembro de 2022)

Yuri aponta que quando começou a utilizar a política do nome social na escola seus pais desconheciam tal situação justamente pelo o estudante saber que eles iriam proibir a utilização pelo o nome que ele se reconhece e quer ser reconhecido, até que teve alguns episódios relatados pelo próprio Yuri como pela diretora, coordenador, secretaria e professoras/es. Quando seus pais foram na escola e ouviram seu filho ser chamado por um nome que não o de batismo²⁸ gerou bastante incômodos. Nesse sentido, a Tatiane nos relatou que:

Isso independente dos pais a gente utiliza e quando vamos nos reunir com os pais, e vamos tratar sobre aquele aluno como a gente já se acostumou a utilizar o nome social a gente se refere ao aluno ou aluna com o nome social, e nem sempre os pais ficam confortável com isso, as vezes olha pra gente com uma cara meio estranha, mas dá certo, tem dado certo e a gente sempre dialoga com a família sobre a questão de gênero, sobre essa identificação que o aluno tem. Ainda existem alguns casos que a família acha que é uma fase que vai passar, que vai levar pro psicólogo e o psicólogo vai curar. Ainda existem esse tipo de contextos. Mas graças a Deus não é o geral, então os casos que já encontramos aqui na escola é que foram poucos, mas sempre foram tratados com muita tranquilidade. (Tatiane, entrevista 23 de setembro de 2022).

A partir da resposta da diretora podemos constatar uma atitude adequada apesar dos desconfortos dos pais, mas o que tem que ser garantido é o respeito e a garantia do uso da política do nome social utilizada pelo estudante uma vez que é respeitado pelo menos no

²⁸ De acordo com Berenice Bento “o nome próprio de batismo pronunciado publicamente produz uma descontinuidade entre esse nome e as performances de gênero” (2006, p.58). Podemos constatar nesta pesquisa que a expressão nome de batismo aparece de forma constante. Portanto, devemos perceber a forte ligação que a expressão tem com a normativa religiosa para com pessoas trans e travestis. Compreendo o nome de batismo como uma estratégia moderna marcada pelos vetores de religião na imposição do gênero que consistem na manutenção das diferenciações com os outros e consigo mesmo ou do medo daqueles que não querem que a pessoa trans e travesti sejam identificados/as.

contexto escolar. Nesse sentido, outras atitudes também podem ser desempenhadas. É orientado pela Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin) quando houver rejeição dos pais, familiares e/ou responsáveis com o nome social do estudante que seja utilizado outras legislações que não somente a política do nome social para de certa forma possa resguardar os/as professores/as e gestão escolar de acusações injustas. Nesse sentido, o que deve ser garantido é que mesmo que o adolescente seja menor de idade considera-se seu direito de ter sua identidade e sua personalidade garantida. Uma das legislações que é orientada pela Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin) a ser apresentada aos pais é do Estatuto da Crianças e Adolescente (ECA) artigo 17 da Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (JUSBRASIL)

Podemos constatar a partir da determinada situação que outras políticas e leis são orientadas a serem utilizadas como forma de suporte para a política do nome social na escola, e aqui é importante destacar que os jogos de poder e de rejeição na trajetória do estudante. Nesse sentido, a vivência inicial do Yuri para utilizar a política do nome social na escola dependeu de todo um processo de afirmação, do contexto escolar que não foi uma tarefa fácil como é demonstrado na presente pesquisa, sua família no início lhe repreendeu de buscar mais informações a respeito da política. Yuri utiliza a política do nome social de forma informal, justamente pelo fato de seu país não terem assinado o termo de autorização assim como está previsto no Art 4º da Lei Nº 16.946:

Art 4.º A pessoa menor de 18 anos (dezoito) anos poderá manifestar o desejo, por escrito, de utilização do seu nome social, que será feita mediante autorização por escrito dos pais ou responsáveis ou por decisão judicial.

No entanto, Yuri na escola teve o seu direito garantido de utilizar o nome pelo o qual se identifica utilizando a política do nome social de forma informal, isto é, o seu nome foi respeitado no trato pessoal, ou melhor, como o mesmo pontua “eles alteraram em sociedade”. Nesse sentido Amanda explica como funciona essa prática quando os pais dos estudantes menores de idade se recusam a assinar o termo de autorização:

O Yuri é assim, a gente consegue tratar ele aqui dentro da maneira como ele gosta de ser tratado, chamamos ele de Yuri. Apesar da família utilizar o nome dele de batismo, mas no sistema, como ele precisa de autorização familiar para o nome social estar lá, permanecemos com o nome de batismo, porém, nas documentações informais da escola, como a relação nominal que é a que o professor utiliza, que

não é utilizado como diário, mas tem o nome lá. A parte do nome dele de batismo e existe lá o nome Yuri para o professor identificar que aquele aluno tem um nome do qual ele se identifica, mas como a família precisa autorizar que ele use o nome dele social na documentação oficial na escola a gente ainda não pode fazer isso, só quando depender dele e exclusivamente quando ele atingir a maioridade ou quando a família finalmente entender a maneira como ele se denomina, Já estamos trabalhando isso com a família a um tempinho e vamos esperar que daqui a pouco se encaminhe mais. (Amanda, entrevista 29 setembro de 2022)

Podemos verificar que a escola segue a orientação da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin). A respeito quando os pais dos/as estudante não aceitam assinar o termo de autorização do uso da política do nome social na escola. Por esta razão a escola se apresentou de forma acolhedora como o próprio Yuri diz: “segundo o que me disseram eles não vão tirar nem nada porque eles pelo contrário querem muito a inclusão”. Portanto, o seu nome não foi retirado, ou deixou de ser pronunciado no trato pessoal como se identifica por uma vontade da família. Nesse sentido podemos perceber o compromisso da escola de se colocar numa posição de aplicar de fato a política do nome social mesmo que de forma informal quando os próprios pais não aceitam tais atitudes. De acordo com Waick (2016) “Então, esperar autorização da família para a adoção do nome social colocaria em risco a efetividade da Resolução do nome social” (Waick, 2016, p. 26).

4.3 “Eu já tinha, eu já mostrava esse meu lado pra eles”: Livia

Conheci Livia na minha primeira visita a escola no dia 19 de setembro fui apresentada a ela através do coordenador Fernando como já relatei nosso primeiro encontro foi bem corrido. Pois na minha primeira visita a escola coincidiu com o primeiro dia do estágio de Livia. No dia seguinte, 20 de setembro, foi o dia que ocorreu a Feira de Ciências Humanas e suas Tecnologias. O tema da semana foi: “Cidadania se constrói no dia a dia” Livia estava sala de nº4 da turma de informática onde estavam apresentando sobre: Cidadania Digital, no entanto, não consegue chegar a tempo para assistir a apresentação da turma de Livia fiquei um pouco chateada, mas sabia que quando tivéssemos um momento mais calmo iria ser de uma troca imensa. Livia é uma menina, com uma energia poderosa, senti isso na primeira vez que nos abraçamos.

O momento que tive a oportunidade de estar mais à vontade com Livia foi no dia 22 de setembro, nossa primeira entrevista foi na biblioteca mesmo lugar que entrevistei Yuri, também foi uma vontade de Livia que a entrevista fosse na parte superior da biblioteca, justamente, pelo silêncio que lá proporciona. No dia 22/09 cheguei na escola no mesmo horário dos outros dias as 8:00hrs. Nesse dia específico antes de entrevistar Livia. Fui ao encontro de Yuri lhe perguntar se daria certo eu novamente lhe entrevistar porque quando cheguei em casa no dia 20 de setembro fui ouvir a sua entrevista gravada algumas coisas ficaram vagas e eu quis aprofundar essas questões com Yuri, ele me respondeu que sim, claro.(será retomada logo a frente).

Refiz o mesmo rito²⁹ que fiz com Yuri, com Livia de me apresentar com mais calma, de responder quem sou eu, de onde eu estava vindo, quais os meus objetivos na escola, enfim, considero esse processo de extrema importância. Em campo é preciso explicar nossos objetivos e razões de estar ali, bem eu considero que são. Após a minha apresentação gentilmente pede para Livia se apresentar:

Bom, eu sou a Livia, eu sou natural de São Paulo, tenho dezoito anos, vim pro Ceará com quatro anos e eu moro no interior de Guaiúba, moro no Dourado e eu vim pra Guaiúba com dez onze anos. (Livia, entrevista 22 de setembro de 2022)

Em seguida, a minha pergunta foi referente como Livia se auto afirmava referente a sua identidade de gênero e se ela conhecia a política do nome social na escola e como foi

²⁹ De acordo com Aldo Natale Terrin, professor de Antropologia e História das Religiões expõe que o rito possui elementos que o qualificam nos níveis teológicos, fenomenológicos, histórico-religioso, antropológico, linguístico, psicológico, sociológico, etnológico, e biológico. Além de de sua característica interdisciplinar, sua essência pode ser definida como conceito praxe, processo, ideológico, experiência ou função.

esse processo de solicitação do nome em seus documentos escolares.

Eu me defino como uma pessoa transgênera, travesti eu aceito todos os termos (...). É coisa básica porque foi o que eu pesquisei, eu pesquisei o básico para poder adentrar com esse pedido. aqui eu nem precisei de muita coisa, mas eu tenho pouco conhecimento. (Lívia, entrevista 22 de setembro)

Lívia é uma jovem negra de 19 anos de idade e cursa o curso técnico de informática, atualmente está no 3º ano do ensino médio e ingressou na escola no ano de 2020. De acordo com Lívia, ela se identifica como transgênera e travesti desse modo, afirmando que aceita todos os termos. De acordo com Jacqueline de Jesus (2012) a ideia que a “transgeneridade” é um termo guarda-chuva indica o fato de que o conceito se refere a uma grande quantidade de possibilidades, se constituindo em oposição à cisgeneridade, ou seja, aquele que não se identifica com o gênero socialmente designado. A respeito da política do nome social Lívia indica “um pouco de conhecimento”. Perguntei a Lívia se ela utiliza a política do nome social de forma informal ou formal no qual ela me respondeu que:

Aqui, na questão do nome social, pelo menos foi muito fácil pra mim, porque desde o primeiro ano eu já demonstrava quem eu era, então os professores todo mundo quando eu fiz o pedido do nome social eles já começaram a me respeitar antes sabe, já começaram a me tratar como Lívia, já começaram a me tratar no feminino. Desde antes eu já tinha, eu já mostrava esse meu lado pra eles. (Lívia, entrevista 22 de setembro de 2022)

A aluna afirma que no primeiro ano ela não tinha afirmado ainda sua identidade de gênero, mas que já se entendia como uma pessoa trans tanto é que no fim do ano já afirmava a sua identidade de gênero e destaca que mesmo ainda sem solicitar a utilização da política do nome social, foi respeitada pelos professores/as no trato pessoal. Nesse sentido, Guacira Louro (2014) argumenta que “representações são apresentações”, isto é, são formas culturais de referir, mostrar ou nomear um grupo ou um sujeito. Portanto, as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencendo a esse grupo. Com as aulas suspensas em março de 2020, quanto à pandemia de COVID-19 Lívia nos conta que:

Comigo foi assim, durante o ensino remoto eu estava sem acesso a internet e sem acesso ao celular, aí eu passei o primeiro ano inteiro sem ter acesso a escola. Pegava alguma coisa ou outra para acompanhar para não ficar muito para trás. Só conseguia fazer prova porque eu ia para casa de amigas para fazer, usava até o celular delas para fazer, aí nisso foi até meu primeiro ano, até ao meio do segundo ano, mais ou menos lá no meio de maio. Passei junho, julho não porque era férias né, mas já passei julho já com um celularzinho e conseguia acompanhar algumas aulas, quando as aulas voltaram presencialmente em agosto eu entrei com esse pedido do nome social para começar a usar o nome na escola. já que me identificava como uma pessoa trans. (Lívia, entrevista 22 de setembro de 2022)

Dentro no novo cenário, tais práticas, tiveram que receber um novo direcionamento para serem flexibilizadas. Isso porque atividades remotas tiveram que ser aplicadas e nestas fazer uso direto de tecnologias. De acordo com Oliveira (2020), mais de 21% dos alunos de escolas públicas só acessam a internet pelo celular. Nas regiões Norte e Nordeste o uso de internet exclusivamente pelo celular, ou seja, sem nenhuma condição de acesso via computador de mesa ou portátil, é de respectivamente 26% e 25%. Livia relata a sua dificuldade de acompanhar as aulas neste período de distanciamento social devido a falta de suporte tecnológico, mas quando retornou para a escola em agosto de 2021 nos contou que umas de suas primeiras ações foi solicitar o pedido do nome social. Para Livia o contexto de pandemia provocou nela questões que afetou diretamente sua saúde mental:

Na própria questão de rotina, desenvolvi depressão na pandemia e ansiedade. Estava tendo umas crises e não sei exatamente se eu tinha mais síndrome de Tourette, acabei parando de ir no psicólogo, mas é mais questão psicológica mesmo, pelo fato de eu já ter depressão e ansiedade, a pressão da escola, a pressão externa, aí essa é minha maior dificuldade aqui dentro situar tudo. (Livia, entrevista 22 de setembro de 2022)

De acordo com Braz, Denise Garrido de Carvalho et al. (2020) a transição de gênero é um processo que inclui vivências múltiplas para a pessoa, as experiências da família também são sensíveis, podendo colaborar de forma positiva ou negativa nesse momento. O enfrentamento de desafios cotidianos, o compartilhamento de dúvidas e de sentimentos podem ocorrer de modo mais oportuno caso haja acolhimento familiar. Todavia, o contrário também pode ocorrer se os valores e necessidades não sejam compreendidos pelos demais membros, levando a ruptura de vínculos.(REIS, MORERA, PADILHA). Nesse sentido Livia diz que:

O começo foi extremamente difícil. Eu não era respeitada, tinham muitas questões mal resolvidas. Nunca me dei bem com a minha família. Meu avô sempre teve questões com a minha avó, o meu avô foi a pessoa mais boa. Sempre tive uma boa relação com a minha mãe e as pessoas que moram comigo assim, sabe? O começo foi muito difícil, hoje em dia minha avó já está começando a me chamar de Livia às vezes, às vezes ela não chama, mas eu até entendo essa parte dela, não que eu goste, mas eu entendo, foram oito anos juntas. Minha mãe ela não mora comigo, mas ela vai todo final de semana, nossa relação sempre foi boa, porém quando chegou a questão da transição a gente começou a ter muitas brigas, muitas discussões e acabamos dando uma afastada, só que do começo desse ano pra cá a gente deu uma boa melhorada, ela está começando a me respeitar, respeitar os meus pronomes, respeitar a minha identidade. Estamos com uma relação melhor agora. (Livia, entrevista 22 de setembro)

Segundo Adelson, et al., (2016), o preconceito social, no qual a rejeição familiar e a não aceitação da condição de identidade de gênero se destacam, são os principais fatores de risco para problemas de saúde mental. Entretanto, nesse ponto específico, ao contrário de Yuri, Livia afirma que seus pais assinariam o termo de autorização do uso da política do

nome social na escola. Pois de acordo com Lívía: “Com certeza iria ter alguma resistência principalmente no ano passado que eu pedi realmente pra ser chamada como Lívía aqui na escola com certeza iria ter alguma resistência, mas eu acho que eles assinariam se eu conversasse direito com eles.” A Célia, diretora de turma de Lívía e professora de filosofia, disse o seguinte:

Eu sou professora de filosofia e diretora de turma no primeiro informática, que hoje estão no terceiro. Ela chegou aqui quando ainda era ele. Chegou aqui com o nome dele normal e tudo. Fomos para a pandemia e durante a pandemia esses dois anos, como era só aula online, então pronto normal, quando nós retornamos ano passado ele chegou pra mim e disse que “eu gostaria de ser chamada por Lívía”. A gente passou pra sala normal, os meninos já começaram (a chamar), então não teve nenhum problema por conta dos colegas, foi muito bem aceito, todos chamam de Lívía. Eles citam na sala mesmo como Lívía e pronto, foi tudo tranquilo, e uma vez eu tive uma reunião com a mãe dela e aí ela veio aqui e eu fiz essa pergunta por conta da família como é que age. A mãe dela disse que não tem problemas, dizendo apenas que queria que ela fosse feliz. Agora documento oficial ele ainda está nos trâmites, não está de forma legal ainda não, mas ele no caso ela tá lutando pra que possa trocar mesmo o nome. (Célia, 29 de setembro de 2022)

Para a diretora quando a Lívía solicitou utilizar a política do nome social apresenta:

(...) solicitou, a partir desse momento houve toda uma conversa, pronto naquele momento virou a chave, todo mundo passou a utilizar, entendeu? Nunca houve esse pedido e você conhece a Lívía, foi com a Lívía no primeiro ano, nós tivemos uma conversa no meio da história. Veio a mãe também, aí na conversa com a mãe ela disse “qual o problema”, respondi que “não, é o nome do meu filho, eu botei esse nome”, a mãe respondeu “não tem nada errado de usarem o nome”, aí a gente eu fiz uma fala com a Lívía assim, “olha, desde que ela descobriu que estava grávida que ela te ama, ela te deu um nome, então pra ela é muito difícil hoje mudar de repente”, então que ela te ama é fato! É evidente aqui que ela te ama, ela se preocupa demais com você, não é falta de amor quando ela não utiliza o nome que você gostaria. Ela respondeu “não tia, eu sei que ela me ama, eu sei que ela me aceita, eu sei que ela me respeita, é só um deslize que ela comete com relação ao nome, mas entendo o deslize dela”. Alguns meses atrás eu perguntei e aí Lívía ela já está usando o nome que você gostaria, ela respondeu “tia tá em progresso”, tudo é processo. Que bom que a gente contribuiu com isso, mas foi a única ocorrência até hoje aqui na escola, nunca uma aluna chegou pra mim denunciar que foi tratada com homofobia ou racismo, por alguém da equipe nem por funcionário nem por professor. (Tatiane, entrevista 23 de setembro de 2022)

Podemos perceber que a escola realiza um movimento de diálogos com a família como foi descrito no caso da mãe de Lívía, que não via problemas do nome que ela concebeu ao seu “filho” ser pronunciado na escola. A fala da diretora e da diretora de turma expressa uma posição de processo e de entendimento também da família nesse processo de afirmação do gênero da aluna. O processo acontece em duas etapas separadas no âmbito familiar, primeiramente ocorre através de conflitos diante das reivindicações do indivíduo da sua orientação sexual e/ou de sua expressão de gênero das pessoas trans e travestis, que a partir disso pode ocorrer a aceitação e o respeito ao nome social ou não. Portanto, Lívía só consegue de fato utilizar a política do nome social de forma formal quando alcança a

maioridade nesse sentido evidencia:

(...) é porque eu já fiquei maior esse ano. Antes eles colocavam meu nome morto ainda, porém eles me chamavam por Lívia, me chamavam no feminino, mas esse ano, assim quando eu completei dezoito, eles já colocaram no sistema, já mudaram tudo. (Lívia entrevista 22 de setembro)

Podemos perceber que a Lívia esperou a maioridade³⁰ para poder utilizar a política do nome social na escola, antes utilizava de forma informal nesse sentido, podemos perceber por outro lado que para a escola, os professores e sua família tudo dependeu de um processo assim conforme explica Lívia:

Logo no começo foi questão de costume, sabe? Como não era um pedido oficial, demoraram um pouquinho para se acostumar. Sempre entendi, sempre fui boa com essa questão porque foram dois anos comigo, eu sempre fui paciente mais em questão de uma semana, duas no máximo, já começaram a me tratar pelo meu nome. (...) Tanto a parte gestora tanto, quanto os próprios professores, sempre tive um bom contato com a gestão tanto como os professores. Então pelo menos no meu caso foi muito fácil, foi muito tranquilo e a escola se demonstrou acolhedora e como um todo se demonstrou um ambiente acolhedor pra mim que estava disposta a me ouvir e me aceitar do jeito que eu era. (Lívia entrevista 22 de setembro)

Nesse sentido, de acordo com Guacira Lopes (2014) escolas e academias, em suas práticas, experimentam continuidades e descontinuidades, realizam deslocamentos e, eventualmente, rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de forma talvez tímida, vemos hoje em escolas brasileiras experiências iniciativas que buscam subverter as situações desiguais - de classe, raça, gênero, etnia, - vividas pelos sujeitos. (LOURO, 2014, p. 124). Em relação às práticas de continuidades e descontinuidades referente aos obstáculos que a política do nome social enfrenta no contexto mais amplo Lívia compreende que:

Bom eu acho que ela sofre uma invisibilização muito grande sabe porque tem muitas pessoas trans que nem conhecem essa política é enfim, de poderem ser respeitadas pelo nome sabe? Então eu acho que falta muita informação ainda, muita informação. (Lívia, entrevista 22 de setembro de 2022)

De acordo com Cláudio Alves (2017) o jogo entre visibilidade e invisibilidade do nome social é naturalizado instituições de ensino seja a respeito da política do nome social ou a invisibilidade atribuída aos estudantes referente ao uso do banheiro de acordo com a identidade que se identificam. A partir da experiência escolar de Lívia, foi elencando aspectos ligados a sua identidade de gênero, bem como as relações com professores/as, alunos/as, gestão. Muitas dessas memórias expressam suas relações sociais no cotidiano escolar:

³⁰ Lívia completou 18 anos no dia 10/07/2022.

Eu não tive problemas com a minha turma, pelo menos não de forma explícita, já que eu não sei o que falam de mim pelas costas né? Tenho certeza que não falam bem, mas pelo menos minha relação lá na sala, desde o começo até aqui, com as pessoas, meu convívio é tranquilo, sempre fui respeitada e enfim.

A partir de sua resposta fiquei inquieta e queria saber mais a respeito quando Livia aponta que não sabe o que falam dela quando não está presente, ela acredita que deva ser porque:

Olha, é primeiro que, você ser trans você já é alvo de muita coisa. A sociedade já te torna um alvo, você é um alvo fácil, então as pessoas geralmente elas procuram um alvo mais fácil para atacar e elas podem não fazer isso na sua frente, mas você não sabe o que elas falam de você nas suas costas e enfim. Ninguém conhece todo mundo cem por cento e existem pessoas que eu tenho um pulguinha atrás da orelha, assim com algumas questões mal resolvidas. Acho que essas pessoas aproveitam essas questões mal resolvidas para falar da minha pessoa e da minha identidade como um todo sabe? (Livia, entrevista 22 de setembro de 2022)

A resposta da Livia aponta para uma série de violências como aponta Rogério Junqueira (2014) que emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais, e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadre nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. (JUNQUEIRA, 2007, p, 60-61).

5 ESPAÇOS SEGREGADOS POR GÊNERO: USO DOS BANHEIROS

O uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero nas instituições de ensino encontra-se regulamentado no art.6º, da Resolução nº 12 do CNCD/LGBT, nos seguintes termos: “Deve ser garantido o uso dos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. “A incongruência entre o nome, a identidade de gênero e a estética corporal é motivo de sofrimento psicossocial, pois desencadeia, muitas vezes, ações de preconceito e discriminação transfóbica, entre elas a proibição do uso de determinados banheiros por pessoas trans” (Alves, 2017; Andrade, 2015; Bento, 2012).

O espaço segregado por gênero com os banheiros nesta pesquisa se tornam imprescindíveis na investigação até porque tudo está ligado e não podem ser discutidos separadamente da política do nome social. Para a discussão referente aos banheiros é necessário a utilização do conceito analisador institucional, assim como propõe Laurau (1975), que concebe como ferramenta de análise dos coletivos institucionais, cujo manejo revela as contradições e as tensões entre as forças instituídas e instituintes. Para Lourau, analisadores possibilitam “Revelar a estrutura da organização, provocá-las, forçá-las a falar” (p.303). Segundo o autor, os analisadores podem ser construídos pela intervenção do analista institucional, que prova a emergência da contradição, e, quando produzidos pelo grupo, pelo cotidiano, são considerados espontâneos. De acordo com Judith Butler (2018) as placas de banheiro podem ser lidas como atos de fala (Butler, 2018). A autora provoca inquietações no sentido de questionar como uma teoria performativa dos atos de fala pode se tornar uma teoria da performatividade de gênero? Em primeiro lugar, ao que parece, a performatividade é um modo de nomear um poder que a linguagem tem de reproduzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos. (BUTLER, 2018, p.25). De acordo com Cláudio Alves (2017) as placas determinariam os limites entre o legítimo e o abjeto, entre os modos viáveis e os desprezíveis de ser e de estar. (ALVES, 2021, p.7).

Figura 13. Banheiro térreo “feminino”



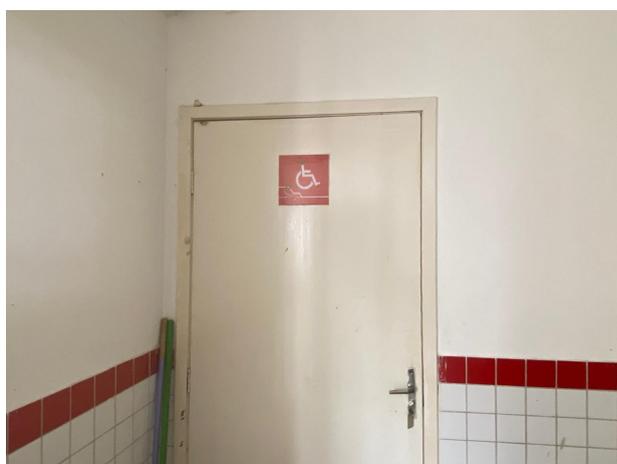
Fonte: Imagem da autora, 2022.

Figura 14. Banheiro térreo “masculino”



Fonte: Imagem da autora, 2022.

Figura 15. Banheiro térreo para “deficientes”



Fonte: Imagem da autora, 2022.

De acordo com Luma Andrade (2012) “os banheiros são classificados pelo sexo das pessoas (masculino e feminino) e porta de entrada para o vaso sanitário de tamanho

reduzidos para ser usado apenas por uma pessoa. Todas essas estratégias são tentativas de normatizar os comportamentos em tais lugares, de modo que atendam unicamente a necessidades fisiológicas.” (ANDRADE, 2012, p.149).

Na mesma perspectiva, Cruz (2011) investiga, os atravessamentos entre o universo trans e o uso dos banheiros no contexto escolar de violência e de exposição. A partir dos conceitos de acesso e inclusão de Fernando Seffener, a autora questiona a escola como dona de sujeitos, dos corpos, das identidades e dos seus espaços, dentre eles o banheiro. Travestis e transexuais como atravessadores de território não cabem na escola. É nesse sentido que Silvia vai apontar que:

Agora, quando a gente vai fazer a formação nas escolas nas CREDES, recebemos muita manifestação de ouvidoria e geralmente as manifestações de ouvidoria, telefone denúncia ou dúvidas, é sobre geralmente nome social e principalmente o uso do banheiro que uma decorre da outra. Porque se a lei do nome social lá de 2019 falo a estadual a nossa tivesse uma orientação de que essa estudante que utilizasse o nome social que tivesse a matrícula com o nome social, utilizasse todos os espaços segregados por gênero como nos banheiros e vestiários a partir de sua identidade de gênero a gente estaria respaldados por lei, a lei estadual e não teria margem para dúvidas ou para debates maiores principalmente LGBTfóbicos. (Silvia, entrevista 16 de setembro).

Em relação ao apontamento de Silvia, ela destaca a falta de legislação sobre o uso dos banheiros para pessoas trans e travestis em espaços de educação. Seja em âmbito federal ou estadual, ainda não existe lei específica que disponha sobre o uso das pessoas trans de serem reconhecidas socialmente conforme suas identidades de gênero, inclusive no uso dos banheiros. Nesse sentido, em novembro de 2015, o Ministro Luís Roberto Barroso, Relator de Recursos Extraordinários (RE) nº 845779, votou, favoravelmente, pelo direito de uma transexual utilizar o banheiro feminino. O referido Recurso tratou da reparação de danos morais no caso de constrangimento por parte de um funcionário de um shopping center de Florianópolis/SC contra a transexual, ao pretender usar o banheiro feminino. (BUNCHAFT, 2016, p.215). Trazidas a questão ao plenário do Supremo Tribunal Federal, exaram votos favoráveis os Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Já o Ministro Luiz Fux pediu vistas por entender que a questão demandava ampla consulta à sociedade. A ação começou a ser julgada em 2015, e, depois de Luiz Roberto Barroso e Edson Fachin votaram a favor, o ministro Luiz Fux pediu vista e o julgamento encontra-se parado³¹ até o presente momento

³¹ Em junho deste ano, o governo do Distrito Federal orientou as escolas públicas da sua rede de ensino a permitir que estudantes transexuais utilizem os banheiros conforme sua identidade de gênero no documento enviado pelo Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o manual de “orientação” sobre o uso dos banheiros por estudantes trans - travestis, transexuais e transgêneros”, afirma-se que, em casos emergenciais, quando os alunos transgêneros teriam sua “integridade” física, psicológica e moral” ameaçadas, eles poderiam utilizar o banheiro dos professores até que houvesse outra solução. A circular fala ainda de

que se realiza essa pesquisa.

Para Yuri, o uso do banheiro é um grande desafio por inúmeros motivos um deles é a proibição da própria família como ele descreve um episódio num banheiro público:

(...) Então é uma dificuldade, porque é muita coisa, meus pais me proibiram de ir para banheiro masculino porque eu um dia fui para um ambiente público, uma loja, e entrei no banheiro masculino, quem disse foi a minha irmã para o meu pai e ele reagiu dessa maneira. Pra mim é muito difícil a relação com o banheiro. Eu queria poder usar um banheiro diferente por causa da separação por gênero. (Yuri, entrevista 22 de setembro)

De acordo com os relatos autobiográficos de João Nery, o problema com o nome social e a utilização do banheiro em espaços públicos, destacando aqui o ambiente escolar, constituem dois aspectos importantes que pouco se alteram em três décadas. Nery descreveu sua vivência, nos anos 1970, quando cursava Psicologia e vivenciou constrangimentos similares. O relato de Nery e Yuri confirma a argumentação de Rogério Junqueira (2009) de que evidenciamos a ausência de ações de enfrentamento do estigma, do preconceito e de políticas públicas destinadas a necessidades básicas como o uso do banheiro para pessoas trans e travestis. Vai no mesmo sentido que expõe Lívia:

Que chegou até a mim não, mas fiquei sabendo por outras pessoas que estavam me culpando por certas coisas que aconteciam dentro do banheiro sendo que eu não fazia nada disso, sabe? Era motivos muito bobos, elas só procuravam alguém pra culpar, “Ah! Vamos culpar a travesti, né?” (...) Quando eu fiquei sabendo, inclusive me citaram até nomes das pessoas que tinham falado isso, dei uma afastada boa e evitei ir ao banheiro quando essa pessoa estava lá dentro, não por me sentir incomoda nem nada, mas pelo fato de simplesmente não querer dividir o mesmo espaço que aquela pessoa sabe? Porque se ela achava que eu era isso que eu era uma pessoa anti-higiênica eu também não queria estar num banheiro juntamente com uma pessoa que me achava anti-higiênica que me achava uma pessoa suja, sabe? (Lívia, entrevista 22 de setembro)

Na escola José Ivanilton Nocrato, entre o direito à utilização do nome social e o direito à utilização do banheiro conforme a identidade de gênero, tanto Yuri como Lívia precisam impor constantemente suas presenças, reivindicando seus direitos e demarcando lugares de pertencimento especialmente aos segregados por gênero. Na fala da Lívia podemos constatar as inúmeras violências a partir de acusações que se configuram como racistas e transfóbicas assim como expôs Lívia que chegou até a ela um boato que o banheiro feminino estava sujo e que alguém poderia estar fazendo xixi no vaso. Alguma estudante alegou que só poderia ser alguém que urinasse em pé. Aqui podemos observar a

identificar como “unissex” banheiros individuais da escola (com acesso a uma pessoa por vez). Um dia depois, a orientação foi revogada. O julgamento sobre o uso de espaços conforme identidade de gênero está parado no STF há sete anos. (GAZETA DO POVO, 2022) disponível: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ong-pressiona-stf-retomar-julgamento-uso-banheiros-transsexuais/>

transfobia de forma explícita. O racismo também pode ser percebido por meio da tentativa de colocar a estudante como anti-higiênica³², sendo que a estudante não utiliza o banheiro dessa forma obviamente. Na análise de Crenshaw (2002), pensando na simultaneidade das opressões vivenciadas pelas travestis negras, a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. Não obstante a questão ao uso dos banheiros na escola é vista pela diretora de forma natural, porém como podemos perceber não é uma situação que possa ser caracterizada como tranquila, existem conflitos e resistências para realizar o uso do banheiro de acordo como os/as alunos/as se identificam, mas podemos perceber que isso não funciona pra todo mundo, não seria tão simples, assim conforme expõe Yuri:

(...) eu não uso banheiro aqui, eu só de vez em quando e raramente. Uso o da secretaria, então é uma coisa bem difícil pra mim é uma coisa bem pessoal. (Yuri, entrevista 22 de setembro)

Na entrevista com Yuri pude perceber que a questão do uso dos banheiros para os estudantes trans e travestis a escola oferece como solução o uso do banheiro de professores/as funcionários/as e direção. A identificação do banheiro está atravessada pelas demarcações do gênero e o reflexo disso na caracterização do espaço e formação e regulação do sujeito e das relações sociais. Yuri e Lívia em suas argumentações chamam atenção para algumas das dificuldades estabelecidas em relação ao uso dos banheiros e por isso tornou-se objeto imprescindível para discussão e reflexão. Para Lívia o uso do banheiro é:

Pronto aqui na escola eu nunca tive problemas de utilizar o banheiro feminino, eu tinha muito receio porque tinha medo principalmente das pessoas que usavam o banheiro feminino se sentiriam hostilizadas comigo (...) lá dentro, se sentiriam ameaçadas, essa era a palavra que eu queria usar e, mas em relação a gestão escolar, desde o momento que eu falei que eu era uma pessoa trans me apresentei como Lívia eu nunca tive nenhuma questão de ir ao banheiro feminino, ficar junta com as meninas em algum lugar destinados só para as meninas, sabe? Tanto é que no primeiro dia da mulher aqui na escola fui chamada para participar. (Lívia, entrevista 22 de setembro)

Apesar de Lívia indicar que nunca sofreu algum tipo de proibição referente aos banheiros, logo em seguida ela indica medo, isto é, umas das dificuldades observadas seria o medo de certas mulheres cisgêneras dividir o banheiro com uma mulher trans que justifica a reflexão e a necessidade de um debate que articule o uso de determinados espaços coletivos e a inserção social de travestis e outros sujeitos que possam não se enquadrar nos padrões

³² Nesse sentido, Neuza Sousa (1983) vai definir que “o sujo está associado ao negro: à cor, ao homem e à mulher negra. A linguagem gestual oral e escrita institucionalizada o sentido depreciativo do negro: “o Aurélio”, por exemplo - para citar apenas um dos nossos mais conceituados dicionários - vincula ao verbete NEGRO os atributos de sujo, sujeira, entre dez outros de caráter pejorativo.”(SOUZA, 1983, p.29)

impostos pela sociedade, quanto a identidade de gênero e de sexo. Nesse sentido Yuri já discute a respeito sobre banheiro unissex:

Assim, em relação ao uso do banheiro a gente não tem um banheiro unissex ainda assim comprovado mesmo, mas creio eu que talvez no futuro eles coloquem, mas por enquanto eles são muito liberais em questão disso. Eles proporcionam o banheiro da secretaria, pelo menos pra mim, foi assim e ainda é, mas eu evito muito porque ainda me deixa muito constrangido, porque ele não tem um banheiro do qual eu vou pra mim mesmo na escola porque se fosse uma empresa eu teria que ir para um banheiro de um funcionário, certo? (Yuri, entrevista 20 de setembro de 2022)

O relato de Yuri aponta para uma possibilidade que segundo ele seria melhor a construção de um banheiro unissex³³, isto é, banheiro sem distinção de sexo. De acordo com Cláudio Alves (2021) a família ensina às crianças que o banheiro doméstico é unissex, portanto a placa é desnecessária, mas eles/as aprendem que esse é um espaço reservado e se deve fechar a porta durante o uso. “Na escola, a divisão binária dos banheiros, demarcando as diferenças entre meninos e meninas com base no critério genital, possibilita a vigilância para coibir possíveis jogos sexuais.” (ALVES, 2021, p.7)

A diretora da escola a respeito do uso dos banheiros para estudantes trans e travestis, destaca que nunca houve nenhum tipo de situação onde ela tivesse que explicar para a escola, que o uso dos banheiros seriam utilizados de acordo como os/as estudantes se identificam. Nesse sentido ela diz que:

A questão do banheiro por exemplo eu nunca precisei, nunca fui questionada ou abordada sobre. Os próprios alunos encaram com naturalidade o processo, acho que isso faz do grupo da escola de professores de funcionários como eles lidam com muita tranquilidade com a situação, sem fazer muito alarde eu nunca precisei pedir permissão olha meninas esse rapaz que se identifica como menina quer utilizar o banheiro feminino eu nunca precisei fazer isso simplesmente ele usou e utilizou e acabou. (Tatiane, entrevista 23 de setembro)

Não obstante, vejamos como a diretora explicaria para a escola a respeito da utilização dos banheiros de acordo com a identidade de gênero, no mínimo problemática devido a como ela se referiu a estudante esse a esse “rapaz”. Colocaria a estudante numa situação vexatória. O argumento da diretora a respeito da naturalidade no uso dos banheiros como ela expõe, podemos constatar que não é dessa forma que é vivenciada pelos estudantes, pois segundo as entrevistas apontaram que a questão dos banheiros é sim uma

³³ Podemos pensar na criação dos banheiros generificados a partir de um dado histórico e pré-existente às atuais categorias de identidade de gênero ou orientação sexual (OMS, 2020). De acordo com Magner Souza (2021) Há registros que na Roma antigo Império, por volta do século IV, os banheiros públicos eram unissex, apesar de não se saber se homens e mulheres se sentavam lado a lado. Foi apenas em 1775 que Alexander Cumming patenteou a primeira privada. A era vitoriana assistiu à necessidade de saneamento de suas cidades europeias, uma vez que as mesmas exalavam odores terríveis, pois os esgotos corriam a céu aberto. (SOUZA, 2021, p.2).

situação delicada. Assim, conforme explica Yuri:

Tem, tipo beber água, eu não costumo beber muita água aqui, como eu disse, principalmente quando a pessoa fica no ar condicionado não é tão bom porque você sente logo a vontade de ir no banheiro eu evito ao máximo o banheiro da secretaria porque eu acho isso muito vergonhoso. (Yuri, entrevista 20 de setembro de 2022)

Observa-se que a solução dada pela escola de o aluno poder usar o banheiro da secretaria não é suficiente para atender a necessidade do estudante que indica que se sente constrangido de ter que usar o banheiro da secretaria que inclusive nem sempre está aberto. A sua proposita seria de ter um banheiro unissex³⁴ Quando apontou que se estivesse numa empresa qual banheiro destinado aos funcionários ele iria entrar, ou seria permitido sua entrada? O estudante busca estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas no ambiente escolar, contudo vejamos que algumas dessas estratégias batem de frente com a sua saúde, onde o estudante afirma ter que evitar de beber água para não sentir necessidades de ir ao banheiro, isso com o passar do tempo irá comprometer sua saúde. Ainda nesse sentido Yuri argumenta que:

O primeiro caso era só o banheiro, acabava, no primeiro ano, a minha dificuldade era não almoçar porque eu não tinha o binder, então a minha dificuldade era andar pela escola. Não gostava, inclusive, as minhas costas dói até hoje por causa disso, porque eu passava muito tempo curvado, não conseguia me concentrar nos estudos o que foi uma bela dificuldade pra mim no colégio, principalmente, no meu aprendizado. Não conseguia nem argumentar direito com alguma pessoa, então isso foi um declínio. Acabei usando esse obstáculo e focando só nisso. Minha autoestima, como é que diz, além da minha autoestima eu não consigo explicar eu me perdi aqui (respiração profunda). Minha dificuldade na minha autoestima é justamente isso, porque eu não consigo me concentrar em alguma coisa, eu sempre me concentro no que as pessoas vão pensar ou o que eu estou fazendo aqui. Eu não gosto muito do meu curso, mas eu tento aprender ao máximo esse curso para poder passar e meu refúgio para tudo isso é o desenho. Pra mim a arte é uma coisa mais criativa, eu sou uma pessoa muito criativa, então isso me refugia na minha mente e eu acabo não pensando muito sobre meu corpo físico. (Yuri entrevista 20 de setembro de 2022)

Para além do uso do banheiro foi destacado pelo o aluno a sua falta de alimentação na escola, que no caso deixava de ir pro refeitório por conta de seu corpo quando ainda não utilizava o *binder*/faixas. De acordo com Diego Silva (2021) o *binder* e outros tipos de faixas, têm consequências físicas para os homens trans. Muitos ficam com hematomas na pele, além de falta de ar, possibilidade de fratura da coluna e displasia da mama. Ainda segundo Diego Silva (2021) ele destaca que “quando homens trans realizam o trânsito de

³⁴ Banheiro coletivo unissex não é reivindicação da população trans, diz Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (G1, 2022) disponível: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/21/banheiro-coletivo-unissex-nao-e-reivindicacao-d-a-populacao-trans-diz-associacao.ghtml>

gênero marcado pela transformação corporais diversas, muitas vezes, passam por invalidações da sua masculinidade e, principalmente, pela anulação da sua posição de homem em função do essencialismo demarcado pelo sexo” (SILVA, 2021, p.115). Podemos perceber que a saída do aluno de situações tão violentas é a arte que lhe dá possibilidades de refúgio e até mesmo para expressar seus próprios sentimentos.

Figura 16. Desenho artístico de Yuri



Fonte: Imagem de Yuri, 2021.

Sobre a questão do uso banheiro para essa pesquisa se tornou algo muito pertinente nesse sentido quando entrevistei pela primeira Yuri no dia 20 de setembro percebi a necessidade de retomar a essa discussão para que eu pudesse ter mais ferramentas de análise a esse respeito por isso no dia 22 de setembro retomamos a entrevista:

Bem, eu acho que não expliquei antes tá bem. Eu não utilizo, costumava não utilizar muito porque tinha muitos problemas pessoas de não gostar muito do meu corpo e isso acabava não deixando eu sair da sala de aula. Só que teve um acontecimento em sala de aula que eles começaram a fechar as salas e eu comecei a ficar sentado do lado de fora, mas eu não almoçava por causa disso. Eu sentia muita angústia dentro de mim e eu tinha vergonha, eu não ia almoçar nem nada hoje em dia é outra coisa, mas enfim. (Yuri, entrevista 22 de setembro)

A fala de Yuri, contudo, pode ser muito bem explorada por meio do pensamento de Paul Preciado (2010) o que parece ficção científica é, na realidade, um terreno político. Hoje o nosso terreno político o corpo não é pensado apenas como território passivo por onde opera o biopoder, mas é também um espaço de resistência, com potências criativa e inventiva. Nesse sentido, os corpos não são exclusivamente dóceis e o gênero não é efeito direto de um sistema de poder fechado. Assim, para além dos modelos identitários e binários, existem corpos impensados, corpos inclassificados, corpos abjetos que não são

considerados como vidas e que escapam da matriz de inteligibilidade da ordem social. “São corpos que desviam as tecnologias que produzem sexualidades e gênero “normais” e “anormais”, e possibilitam uma desestabilização das categorias habituais” (Butler, 2003; Foucault, 2002; Prins & Meije, 2002).

O relato de Yuri demonstra um sentimento de agonia ou desamparo, é preciso observar que o que esses termos procuram circunscrever é um espaço psíquico situado além da angústia. A sua explicação propõe não gostar do seu corpo. A partir daí, ele pode-se apresentar a si mesmo, e ao mesmo tempo constituir-se enquanto “as discontinuidades, as transgressões e as subversões que essas três categorias (sexo-gênero-sexualidade) se apresentam. Nota-se de modo geral, uma grande preocupação com o corpo, relacionado à autoestima, relatando de não gostar do próprio corpo.

Nisso é importante pontuar o que Bourdieu (2016) fala sobre a violência simbólica que consiste na maneira em que algumas verdades são impostas na sociedade normatizando o poder masculino e feminino. A violência simbólica está presente no seio social de forma que “moldados por tais condições, por tanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade” (BOURDIEU, 2016, p.54). Em visto disso, Yuri comenta que:

E tinham falado que eles fecham por causa de umas coisas que também aconteceram aqui no colégio, que foi uma pichação no banheiro das meninas. Eles restringiram o uso do banheiro, acho que em cima e embaixo tem que ser vigiado. É bom em relação a entrar nos banheiros, eu não entro no banheiro masculino porque eu não quero correr o risco de sofrer bullying, principalmente físico, e o banheiro masculino é horrível. E eu não gosto de entrar no banheiro feminino porque eu tenho a sensação que eu não sou dali. Bom a Lívia, ela tem mais facilidade de ir no banheiro feminino, porque não vai acontecer nada com ela. É muito difícil mulheres no banheiro feminino, sabe? Só vai discussão se for alguma coisa pra chamar atenção, mas partir pra agressão física acho muito difícil. Ela tem mais confiança e é muito social e conhece muita gente, então pra ela é mais de boa, Pra mim não, é um processo mais complicado pra lado masculino. (Yuri, entrevista 22 de setembro)

O uso do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, cabe avaliar o não lugar que o estudante enfrenta. Nesse sentido, compreende-se o sofrimento do estudante quando ele diz: “Eu não entro no banheiro masculino porque eu não quero correr o risco de sofrer bullying” e muito menos utilizar o banheiro feminino “porque eu tenho a sensação que não sou dali” a sua fala atua como significativos elementos de denúncia dos limites normativos da classificação dos banheiros, colocando em xeque territórios segregados por gênero. Em suma, de acordo com Luma Andrade (2012) a reflexão foucaultiana traz à tona o contexto de formação das disciplinas e, conseqüentemente, da vigilância e da punição, assim

como podemos entender na fala do Yuri e de Livia. As histórias dos acompanhamentos militares, do panóptico, da peste e do zoológico do rei são metáforas do cotidiano escolar que continuam existindo no século XXI. Essas formas de dominação, capazes de se instalar na carteira de uma sala de aula ou na geografia de um banheiro, estão presentes em todos os lugares (ANDRADE, 2012, p. 21).

6 RESULTADOS E PROPOSTAS

Após esse longo trajeto etnográfico, chegamos ao final. Começo observando o campo, me sinto nostálgica, depois me permito sentir e participar. Esta forma de como essa pesquisa foi pensada, promove uma jornada por um tema que é extremamente importante: o nome. Começamos estranhando-o, apresentando os espaços e os temas para ao fim ser possível falar dele a partir da minha vivência como travesti e pesquisadora até chegar aos colaboradores da pesquisa.

A partir do estudo realizado, notam-se, diante do que foi abordado nesta pesquisa, que o uso do nome social para os estudantes trans e travesti apontam que a política do nome social por si só não garante suas permanências na escola. Constatamos que será preciso um trabalho intenso e constante a respeito dos obstáculos que a política do nome social apresenta. Ainda mais por sofrer com a invisibilidade, pensando nos espaços segregados por gênero que ainda não existe uma legislação específica.

Cabe ao Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação do Estado, investir mais ainda e estabelecer programas e projetos que abordam a perspectiva de igualdade e equidade de gênero, objetivando que as escolas instituem os temas gênero, sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero com maior frequência no ambiente escolar, assim como projetos e palestras, envolvendo equipe pedagógica, professores/as, alunos/as e pais/responsáveis para de fato gerar um sentimento de inclusão e pertencimento, promovendo harmonia, respeito à diversidade e acolhimento. Para tanto, é de suma relevância a cooperação de todos os envolvidos no processo inclusivo.

Atualmente a Equipe de Educação em Direitos Humanos e de Gênero e Sexualidade (Codin) só tem três pessoas para atender as escolas do estado do Ceará, fica inviável tamanha proporção para uma equipe reduzida. É preciso investimentos, pois sem recursos para as pastas específicas, como a de Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, não existe a possibilidade da efetivação de uma políticas educacionais tão importantes, como a do Nome Social. As escolas e os/as/es profissionais devem estar preparados/as/es e bem instruídos/as/es para repassar esse conhecimento de forma compromissada a comunidade escolar ou externa.

Ainda existe uma grande questão a respeito dos alunos/as/es que são menores de idade. Há, nesses casos, o uso do nome social de forma informal. Isso mostra, em certa medida, que a recepção para a utilização do nome social acontece sem gerar muitos impasses. Observou-se que os grandes empecilhos são: a burocratização da solicitação da mudança do

nome; a falta de leis específicas para o reconhecimento de menores; e a desinformação, que, talvez, seja a grande geradora de problemas durante o processo.

Quanto ao objetivo geral, observou-se que a escola cria formas de discutir e garantir a política do nome social para os alunos trans e travestis, mesmo que informalmente, em especial quando os pais/responsáveis não querem e/ou não aceitam que seus filhos/as sejam chamados/as por outro nome. Todavia, averiguamos que a escola chama o/a aluno/a como eles/elas se identificam. Assim, reiteramos que a receptividade do uso do nome social não parece ser um grande empecilho, mas a burocratização que se apresenta como impasse. De acordo com Waick (2016) “Esperar autorização da família para a adoção do nome social colocaria em risco a efetividade da Resolução (Waick, 2016, p.26).

Em relação ao primeiro objetivo específico, constatou-se que não existem outras políticas específicas a não ser a política do nome social na escola, os estudantes apontaram para um Miss e Mister um concurso de beleza que iria ocorrer na escola e pela primeira vez iriam incluir a comunidade LGBTQIA+. Os alunos/as trans e travestis consideram o evento uma forma de inclusão porque acreditam “que isso nunca aconteceu antes” e em relação à gestão escolar os estudantes consideram que é bem preparada para lidar com essas questões de inclusão e diversidade.

Verificou-se com as análises que a política do nome social é defendida na escola por gestores, diretores, professores/as e secretaria. O contexto familiar foi um dos pontos mais discutidos nessa pesquisa, pois a partir da análise das entrevistas os/as alunos/as quando ingressaram na escola sentiram-se inseguros ao pesquisar sobre as leis que amparam o uso do nome social, mas sabem que existem e que é um direito adquirido. Os alunos/as tiveram a resistência da família, mas que a partir de diálogos escola-família-aluno/a conseguiram avançar sobre o seus processos de afirmação de gênero dentro e fora da escola. Isso nos leva a reafirmar o papel social que a escola possui, uma vez que ela educa os que estão dentro e em torno dela.

A diretora, o coordenador, secretária e professores/as demonstraram saber da existência das leis, porém, notamos que existe uma crença que a lei é um conhecimento já dado, assim, ela não aprofunda-se no assunto dentro do ambiente escolar. acreditamos que cabe um maior empenho da escola em discutir sobre as políticas que amparam o aluno/a no caso do uso do nome social, para que os direitos destes estudantes tornem-se realmente efetivos.

Os alunos/as trans e travestis demonstram que o reconhecimento das pessoas após o uso do nome social é muito importante, como diz Yuri: “Me chame assim me deixa mais feliz

mais confortável é como se elas estivessem me chamando e não chamando outra pessoa, então eu me sinto mais eu.” Já Livia indica: “Bom, a Livia sempre esteve dentro de mim por muito tempo, apesar de eu sempre ter deixado ela de lado por medo das pessoas por medo do que poderia acontecer comigo, (...) me apresentar no mundo como Livia foi algo extremamente importante pra mim”. Verifica-se a relevância de ser chamado/a como de fato o são. Os sentimentos mais observados foram: felicidade, satisfação, bem estar e liberdade.

Os alunos/as trans e travestis no início de seu ingresso na escola usavam o nome social de forma informal, mas apontaram que tal uso facilita a convivência e adaptação dos/as estudantes trans e travestis, até mesmo relação de respeito com os/as colegas. A escola José Ivanilton Nocrato, nesse sentido, promove ações voltadas à diversidade destinadas aos/as alunos/as, professores e pais/responsáveis, com o intuito de evidenciar as questões da identidade de gênero, demonstrando assim, que a escola tem função não somente de ensinar, mas também gerir os comportamentos, as emoções, identidade de gênero dos/as alunos/as que ali transitam, através de iniciativas que tragam à tona assuntos sobre a diversidade e inclusão.

E, ao segundo objetivo específico, concluiu-se que os alunos/as consideram a política extremamente necessária, porém ela não garante a permanência, uma vez que segundo os próprios entrevistados, falta muito preparo dos profissionais de ensino se referindo a uma dimensão mais ampla da política do nome social.

A partir das informações apresentadas, conclui-se que o uso do nome social é aplicado e defendido na escola e dialogado com a família para aqueles/as que ainda que resiste e/ou nega o nome do/a filho/a. Tal diálogo contribui muito no processo de inclusão de alunos/as trans e travestis menores de idade, pois através da política do nome social esses alunos/as conquistaram seu espaço, com respeito e dignidade e principalmente uma construção com a escola nesse processo de afirmação de gênero. E, por fim, na escola, alunos/as juntamente com os diretores de turmas, professores/as, secretária, diretora e coordenador são promotores da transformação, uma transformação em constante construção.

REFERÊNCIAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Curitiba: ABGLT, 2010. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022
- ACRE. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE/AC Nº 59/2011. Analisa solicitação da Associação de Homossexuais do Acre (AHAC), do Grupo Diversidade pela Cidadania LGBT do Acre-GDAC, e da Entidade Lésbica do Acre pela Cidadania GLBT, para a inclusão do nome social dos travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: <http://fncee.com.br/wp-content/uploads/2014/09/PARECER-N%C2%BA-59-2011-INCLUSA-O-DO-NOME-SOCIAL1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** 2012. 279f. - Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo.** 243f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - UFSC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129050>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ALTHUSSER, Louis. (1918). **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado(AIE).** 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ADELSON, S. L., STROEH, O. M., & Ng, Y. K. . Development and mental health of lesbian, gay, bisexual, or transgender youth in pediatric practice. **Pediatric Clinics of North America**, v.63, n.6, p. 971-983, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27865339/>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ALVES, C.E.R. **Nome sui generis: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- _____. **Travestis e transexuais na escola: ressonâncias do uso do nome social na rede municipal de educação de Belo Horizonte.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/105>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- BALLEN, K.C.G.; BIZETTI, L.F. Nome civil em contraposição com nome social como (des)serviço a efetividade de direitos na sociedade globalizada. In: coordenadores: Eduardo Sérgio Soares Sousa, Monica Neves Aguiar da Silva, Janaína Reckziegel. **Revista Biodireito** [Recurso eletrônico on-line], Florianópolis, CONPEDI/UFPA, p.386- 408, 2014.
- Bento, B. (2012). **Sexualidade e experiência trans: do hospital à alcova.** Ciência e Saúde Coletiva, 17(10), 2655-2664. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/g98sT5HwPzL8R6LdyqpxDwM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

_____. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/bento-berenice-o-que-c3a9-tra-nsexualidade2008.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRITES, Jurema, MATTA, Flávia de Mattos. **Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens homenagem a Claudia Fonseca / organizadores** 1. ed. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2017 Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2738/1/Etnografia%2C%20o%20esp%20C3%ADrito%20da%20antropologia.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. rev. atual. Lisboa: Edições 70, 2016. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%20C3%B3lico.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Anais da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – GLBT**. Direitos Humanos e Políticas Públicas. O caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, 2008a. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBissexuaisTravestiseTransexuaisGLBT.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGIA E PARTICIPATIVA. **Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/arquivos/GLBTT.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília, 2008a. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>. Acesso em: 25 dez. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Senado Federal. Senadora Fátima Cleide, 2008b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=635948&ts=1630446072042&disposition=inline>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275**. 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília : SEDH/PR, 2010a. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 mai. 2010b. Disponível em: <https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/sigepe-bgp-ws-legis/legis-service/download/?id=0000366302-ALPDF/2018>. Acesso em: 14 de out. 2022.

_____. **Comissão Organizadora Nacional da Conferência Nacional de Educação**. Documento Final. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, 2010c. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1612, de 18 de novembro de 2011**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/servidores/portal/cadastro/PortariaMEC16122011NomeSocial.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5002/2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 mar. 2015a. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3>. Acesso em: 23 dez. 2022

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 abr. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BENTO, Berenice. **Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno**. Contemporânea, jan-jun, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br>. Acesso em: 08 dez.2022.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho et al. **Vivências familiares no processo de transição de gênero**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2020, v. 33. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0251>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 437/2012**. Disponível em: <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resoluo%20437.2012.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

Collins, Patricia Hill and Bilge, Sirma. ([2016] 2020), **Intersectionality**. 2 ed. Cambridge, uk, Polity. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em 12 out. 2022.

CÉSAR, MR de A. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: Constantina Xavier Filha (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual** (pp.114-119). Campo Grande, MS: Editora UFMS. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativas ao gênero. **Estudos Feministas**, UFSC, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra. Disponível em: <file:///C:/Users/solav/Downloads/resumo-a-aventura-antropologica-teoria-e-pesquisa-ruth-cardoso.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://direitouninovest.files.wordpress.com/2016/03/maria-helena-diniz-curso-de-direito-civil-brasileiro-vol-1-teoria-geral-do-direito-civil-2012.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: . Acesso em: 27 ago. 2020.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério D. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Espaço do Currículo, v. 2, n. 2, p. 208–230, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281>. Acesso em: 8 dez. 2022.

_____. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_p_robmatizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

Jesus, J. (2012). **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor. Retrieved Out. 11, 2019, disponível em:

<http://www.diversidadesesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONC EITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LOURAU, R. (1975). **Análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <https://doceru.com/doc/sv5xn81>. Acesso em: 05 ago. 2022.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-g uacira-lopes-louro.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

LARROSA, Jorge. **Narrativa, Identidad e Desidentificación**. In: LARROSA, Jorge. *La Experiência de la Lectura: estudios sobre literatura e formación*. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482. LARROSA, Jorge. *Tecnologias do eu e educação*. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

MATTOS, A., Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na Psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, v.5, n.1, p. 132-153. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181> . Acesso em: 27 out. 2022.

MORENA, JA, Padilha MI. Social representations of sex and gender among trans people. **Rev Bras Enferm**. 2017, v.70, n.6, p.1235–43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Kv57myfLRJKgHCMGytwVSxF/?lang=en>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MIX BRASIL. ABGLT e Antra lançam campanha nacional pela aceitação do nome social de travestis e transexuais. Disponível em: http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/4_63_70838.shtml. Acesso em: 28 dez. 2022.

NERY, João Walter, MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens: a distopia nos tecno-homens. In: BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidades na saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, Ministério da Saúde, 2015. p. 194. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/42541/26812/193986>. Acesso em: 26 dez. 2022.

OLIVEIRA, Elida. Portal G1, Educação. **Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa [2020]**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-pu blicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-pu-blicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2022.

Platero (Ed.). **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada**. Temas contemporâneos (pp. 255-276). Barcelona: Edicions Bellaterra. Disponível em: https://www.generoydrogodependencias.org/wp-content/uploads/2017/03/Intersecciones_Cuepos_sexualidades_encrucijada.pdf. Acesso em: 25 dez. 2022.

Platero, R. L. (2014). **Trans*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos**. Barcelona: edicions bellaterra.

PAUL B. PRECIADO. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4320277/mod_resource/content/0/PRECIADO_Manifesto%20Contrassexual-Pr%C3%A1ticas%20Subversivas%20de%20Identidade%20Sexual.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

_____. Eu sou o monstro que vos fala. Informe para uma academia de psicanalistas. 2. Discurso de um homem trans, um corpo não binário, 2022. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Rev. Estud. Fem. [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 155-167. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 14 set. 2022.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O direito geral da personalidade**. Coimbra: Coimbra, 1995. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/414>. Acesso em: 17 ago. 2022.

VERGUEIRO, Viviane **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes**: uma análise autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 24 dez. 2022.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**, Parte Geral. 16 ed. São Paulo: Atlas 2016. Disponível em: https://direitouninovest.files.wordpress.com/2016/04/direito-civil-vol-1-parte-geral-venosa-sc_3adlvio-de-salvo-13ed-2013-1.pdf. Acesso em: 16 ago 2022.

VAMPRÉ, Spencer. **Do Nome Civil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1935. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/340/302>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007.

Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, vol.15, n.32, 2009, p. 53-80. Disponível em: . Acesso em: 13 ago. 2022.

_____.2002. **O dito e o feito**: ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro, Relume Dumará. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/livros/o_dito_e_ofeito.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2022.

Preciado, Beatriz (2014, 23 de junho). Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista. **Portal Fórum**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/beatriz-precियो-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualista/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. 2017. “Presos Na Teoria errada” Entre Mulheres, ‘bofinhos’ E Homens Trans”. **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades**, v. 11, n.16, . Acesso em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12521>. Acesso em: 12 de ago. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARÁ. Portaria nº 016/2008. Disponível em: http://www.naohomofobia.com.br/noticias/mostraNoticia.php?Section=5&id_content=397. Acesso em: 28 dez. 2022.

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de família. In: CARVALHO, M. C. B. (org.) **Família contemporânea em debate**. São Paulo : Cortez, 2003. Periódicos Eletrônicos em Psicologia, p. 23-29. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1573204&pid=S1414-6975200700020000600023&lng=pt. Acesso em: 23 de dez. 2022.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573. Acesso em: 18 de ago. 2022.